

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIO DE 2021

PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco

DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

Ilana Trombka

DIRETOR DA SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Fernando Álvaro Leão Rincon

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Luiz Henrique de Paiva Marques

EQUIPE TÉCNICA

Cecília Maria de Oliveira Guimarães

Gabriela Bonetti

SUMÁRIO

- 5 Informações Gerais
- 6 Demonstrações Contábeis
4º trimestre de 2021
- 7 Balanço Patrimonial
- 12 Demonstração das Variações Patrimoniais
- 13 Balanço Orçamentário
- 17 Balanço Financeiro
- 20 Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 23 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
- 25 Notas Explicativas
- 26 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis
- 27 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis
- 31 Nota Explicativa 1 – Caixa e equivalentes de caixa
- 35 Nota Explicativa 2 – Créditos a Curto Prazo
- 36 Nota Explicativa 3 – Demais Créditos e valores a curto prazo
- 40 Nota Explicativa 4 – VPDs Pagas Antecipadamente
- 41 Nota Explicativa 5 – Créditos a Longo Prazo
- 42 Nota Explicativa 6 – Imobilizado
- 51 Nota Explicativa 7 – Intangível
- 53 Nota Explicativa 8 – Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo

- 54 Nota Explicativa 9 – Fornecedores e Contas a Pagar
- 55 Nota Explicativa 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo
- 56 Nota Explicativa 11 – Demais Obrigações de Longo Prazo
- 57 Nota Explicativa 12 – Patrimônio Líquido
- 58 Nota Explicativa 13 – Execução dos Atos Potenciais Passivos
- 60 Nota Explicativa 14 – Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas
- 62 Nota Explicativa 15 – Transferências e Delegações Recebidas
- 63 Nota Explicativa 16 – Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos
- 64 Nota Explicativa 17 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas
- 65 Nota Explicativa 18 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas
- 67 Nota Explicativa 19 – Transferências e Delegações Concedidas
- 68 Nota Explicativa 20 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos
- 69 Nota Explicativa 21 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas
- 70 Nota Explicativa 22 – Receitas Orçamentárias
- 71 Nota Explicativa 23 – Outras Receitas Correntes
- 72 Nota Explicativa 24 – Despesas Orçamentárias
- 73 Nota Explicativa 25 – Restos a Pagar

INFORMAÇÕES GERAIS

O Senado Federal integra o Congresso Nacional, ente responsável pelo exercício do Poder Legislativo na esfera federal. As funções do Senado Federal são exercidas pelos senadores da República, que são eleitos, segundo o princípio majoritário, para representarem os estados e o Distrito Federal. Cada estado e o Distrito Federal elegem três senadores para um mandato de oito anos. Atualmente, são 81 senadores eleitos. A renovação da representação se dá a cada quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. Cada senador é eleito com dois suplentes. As competências desta Casa Legislativa são regidas pela Constituição Federal e abrangem três funções primordiais: representar as unidades da Federação (art. 46), elaborar as leis (art. 48) e fiscalizar os atos do Poder Executivo na aplicação dos recursos públicos (arts. 49 a 51 e art. 70). Além disso, várias competências privativas estão estabelecidas no art. 52 da Carta Magna.

O Senado Federal possui natureza jurídica de Órgão Público do Poder Legislativo Federal, tem sua sede e domicílio em Brasília-DF, possuindo jurisdição em todo o território nacional.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) estão disciplinadas na Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e têm como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as Demonstrações, permitindo a evidência, análise e consolidação das contas públicas em âmbito nacional, além de permitir a comparabilidade tanto com as demonstrações de períodos anteriores quanto com as de outras entidades. Estes demonstrativos são baseados nas melhores práticas internacionais que visam aumentar a transparência das informações contábeis e financeiras, além de aprimorar o processo de prestação de contas junto aos usuários dessas informações.

O assunto também é normatizado pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis e, especialmente, pela Lei nº 4.320/1964 e pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

As demonstrações contábeis no setor público são a representação estruturada da situação patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. Devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão, a prestação de contas e a responsabilização (*accountability*) da entidade, quanto aos recursos que lhe foram confiados. Podem também ter a função preditiva ou prospectiva, proporcionando informações úteis para prever o nível de recursos necessários para a continuidade de suas operações, os recursos que podem ser gerados pela continuidade dessas operações e os riscos e as incertezas associadas.

Embora a informação contida nas demonstrações contábeis seja relevante, é improvável que ela satisfaça a todos os objetivos descritos, especificamente, no que diz respeito a entidades cujo objetivo principal não seja gerar lucro. Assim, informação suplementar, incluindo demonstrativos não financeiros, pode ser apresentada junto com as demonstrações contábeis no intuito de proporcionar uma visão mais abrangente das atividades da entidade durante o período.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4º TRIMESTRE DE 2021

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
ATIVO CIRCULANTE		823.978.100,48	523.014.303,39	57,54%	29,83%
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1</u>	801.348.183,56	500.981.081,39	59,96%	29,01%
Créditos a Curto Prazo – Clientes	<u>2</u>	184.341,89	273.841,63	- 32,68%	0,01%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	<u>3</u>	2.185.163,29	5.920.116,26	- 63,09%	0,08%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo					
Estoques		12.664.786,29	12.613.491,70	0,41%	0,46%
VPDs Pagas Antecipadamente	<u>4</u>	7.595.625,45	3.225.772,41	135,47%	0,27%
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.938.387.155,14	570.768.857,30	239,61%	70,17%
Ativo Realizável a Longo Prazo		9.819.799,44	3.970,24	247.235,16%	0,36%
Créditos a Longo Prazo	<u>5</u>	9.819.799,44	3.970,24	247.235,16%	0,36%
Demais Créditos e Valores		18.762.727,89	8.895.705,79	110,92%	0,68%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		- 8.942.928,45	- 8.891.735,55	0,58%	- 0,32%
Investimentos					
Imobilizado	<u>6</u>	1.886.441.688,71	534.609.483,91	252,86%	68,29%
Bens Móveis		79.943.791,04	87.717.309,35	- 8,86%	2,89%
Bens Imóveis		1.806.497.897,67	446.892.174,56	304,24%	65,40%
Intangível	<u>7</u>	42.125.666,99	36.155.403,15	16,51%	1,52%
Diferido					
TOTAL DO ATIVO		2.762.365.255,62	1.093.783.160,69	152,55%	100,00%

Fonte: Siafi.

PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE		340.984.369,93	248.388.838,04	37,28%	12,34%
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8	263.731.389,08	191.078.445,83	38,02%	9,55%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo					
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9	65.181.840,23	45.103.607,11	44,52%	2,36%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo					
Obrigações de Repartição a Outros Entes					
Provisões de Curto Prazo					
Demais Obrigações a Curto Prazo	10	12.071.140,62	12.206.785,10	- 1,11%	0,44%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		7.023.064,93	7.023.064,93	0,00%	0,25%
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo					
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo					
Obrigações Fiscais a Longo Prazo					
Provisões de Longo Prazo					
Demais Obrigações a Longo Prazo	11	7.023.064,93	7.023.064,93		
Resultado Diferido				0,00%	0,25%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		348.007.434,86	255.411.902,97	36,25%	12,60%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Patrimônio Social e Capital Social					
Ajustes de Avaliação Patrimonial					
Demais Reservas					
Resultados Acumulados		2.414.357.820,76	838.371.257,72		
(-) Ações / Cotas em Tesouraria					
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	2.414.357.820,76	838.371.257,72		
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.762.365.255,62	1.093.783.160,69	187,98%	87,40%

Fonte: Siafi.

Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes (Lei nº 4.320, de 1964)

R\$ 1,00

Ativo			Passivo		
Especificação	2021	2020	Especificação	2021	2020
Ativo Financeiro	801.348.183,56	501.119.188,68	Passivo Financeiro	132.572.397,37	153.181.125,53
Ativo Permanente	1.961.017.072,06	592.663.972,01	Passivo Permanente	264.192.206,52	190.528.609,34
			Saldo Patrimonial	2.365.600.651,73	750.073.425,82

Fonte: Siafi.

Quadro das contas de compensação (Lei nº 4.320, de 1964)

R\$ 1,00

Especificação	Nota Explicativa	2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		24.456.275,40	25.108.337,01
Execução dos Atos Potenciais Ativos		24.456.275,40	25.108.337,01
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		14.057.255,08	13.826.514,23
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		313.557,21	919.865,92
Direitos Contratuais a Executar		10.085.463,11	10.361.956,86
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		370.495.649,11	423.602.868,28
Execução dos Atos Potenciais Passivos		370.495.649,11	423.602.868,28
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres a Liberar		1.307.691,32	915.736,32
Obrigações Contratuais a Executar	13	369.187.957,79	422.687.131,96
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar			

Fonte: Siafi.

Quadro do superávit/déficit financeiro (Lei nº 4.320, de 1964)

R\$ 1,00

Destinação de Recursos	Nota Explicativa	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários		418.782.203,55
Recursos Vinculados		249.993.582,64
Seguridade Social (Exceto RGPS)		69.237.081,17
Previdência Social (RGPS)		17.356.184,67
Alienação de Bens e Direitos		1.956.760,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		161.442.891,05
Recursos a classificar		665,75
TOTAL		668.775.786,19

Fonte: Siafi.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	<u>14</u>	6.737.344.251,54	4.486.176.662,51	50,18%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria					
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		21.947.000,77	7.058.120,54	210,95%	0,33%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			1.236,56	- 100,00%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	<u>15</u>	4.712.905.735,39	4.468.999.817,60	5,46%	69,95%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	<u>16</u>	1.988.862.185,77	2.913.920,67	68.153,82%	29,52%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	<u>17</u>	13.629.329,61	7.203.567,14	89,20%	0,20%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	<u>18</u>	5.056.855.476,80	4.449.957.468,20	13,64%	100,00%
Pessoal e Encargos		1.759.821.574,11	1.781.533.269,25	- 1,22%	34,80%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.077.334.377,03	2.110.712.199,71	- 1,58%	41,08%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		529.423.718,95	494.403.581,29	7,08%	10,47%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		610.402,36	29.395,62	1.976,51%	0,01%
Transferências e Delegações Concedidas	<u>19</u>	24.735.652,02	20.482.008,12	20,77%	0,49%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	<u>20</u>	637.845.810,21	22.163.147,11	2.777,96%	12,61%
Tributárias		301.607,62	186.667,03	61,58%	0,01%
Custo – Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		945.337,30	749.700,48	26,10%	0,02%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	<u>21</u>	25.836.997,20	19.697.499,59	31,17%	0,51%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	<u>12</u>	1.680.488.774,74	36.219.194,31	4.539,77%	

Fonte: Siafi.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

		A	B	C	D	E	F
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota Explicativa	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização	AV
RECEITAS CORRENTES	22	8.207.470,00	8.207.470,00	24.959.871,93	16.752.401,93	304,11%	99,42%
Receitas Tributárias							
Receitas de Contribuições							
Receita Patrimonial		2.849.149,00	2.849.149,00	17.962.255,13	15.113.106,13	630,44%	71,55%
Receita Agropecuária							
Receita Industrial		694.093,00	694.093,00	662.820,04	- 31.272,96	95,49%	2,64%
Receitas de Serviços		3.775.523,00	3.775.523,00	3.594.304,30	- 181.218,70	95,20%	14,32%
Transferências Correntes							
Outras Receitas Correntes	23	888.705,00	888.705,00	2.740.492,46	1.851.787,46	308,37%	10,92%
RECEITAS DE CAPITAL		68.000,00	68.000,00	145.490,00	77.490,00	213,96%	0,58%
Operações de Crédito							
Alienação de Bens		68.000,00	68.000,00	145.490,00	77.490,00	213,96%	0,58%
Amortização de Empréstimos							
Transferências de Capital							
Outras Receitas de Capital							
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES							
SUBTOTAL DE RECEITAS		8.275.470,00	8.275.470,00	25.105.361,93	16.829.891,93	303,37%	100,00%
REFINANCIAMENTO							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		8.275.470,00	8.275.470,00	25.105.361,93	16.829.891,93	303,37%	100,00%
DÉFICIT				4.392.231.544,14	4.392.231.544,14		
TOTAL		8.275.470,00	8.275.470,00	4.417.336.906,07	4.409.061.436,07		
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS			540.491,00		- 540.491,00		

Fonte: Siafi.

		A	B	C	D	E	F	G
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota Explicativa	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	AV
DESPESAS CORRENTES		4.690.539.200,00	4.686.838.245,00	4.400.171.002,48	4.323.588.294,58	4.323.429.111,91	286.667.242,52	99,73%
Pessoal e Encargos Sociais		3.885.898.264,00	3.886.438.755,00	3.737.865.293,85	3.722.617.582,76	3.722.609.036,31	148.573.461,15	85,87%
Juros e Encargos da Dívida								
Outras Despesas Correntes		804.640.936,00	800.399.490,00	662.305.708,63	600.970.711,82	600.820.075,60	138.093.781,37	13,86%
DESPESAS DE CAPITAL		45.061.403,00	49.302.849,00	17.165.903,59	11.782.164,16	11.782.067,64	32.136.945,41	0,27%
Investimentos		45.061.403,00	49.302.849,00	17.165.903,59	11.782.164,16	11.782.067,64	32.136.945,41	0,27%
Inversões Financeiras								
Amortização da Dívida								
RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
RESERVA DO RPPS								
SUBTOTAL DAS DESPESAS	24	4.735.600.603,00	4.736.141.094,00	4.417.336.906,07	4.335.370.458,74	4.335.211.179,55	318.804.187,93	100,00%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO								
Amortização da Dívida Interna								
Dívida Mobiliária								
Outras Dívidas								
Amortização da Dívida Externa								
Dívida Mobiliária								
Outras Dívidas								
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		4.735.600.603,00	4.736.141.094,00	4.417.336.906,07	4.335.370.458,74	4.335.211.179,55	318.804.187,93	100,00%
TOTAL		4.735.600.603,00	4.736.141.094,00	4.417.336.906,07	4.335.370.458,74	4.335.211.179,55	318.804.187,93	100,00%

Fonte: Siafi.

Quadro da execução de restos a pagar não processado

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota Explicativa	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		7.925.355,36	102.125.201,20	60.295.100,51	60.234.455,52	22.133.655,55	27.682.445,49
Pessoal e Encargos Sociais		3.192,98	1.707.400,28	1.593.914,05	1.593.914,05	3.192,98	113.486,23
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		7.922.162,38	100.417.800,92	58.701.186,46	58.640.541,47	22.130.462,57	27.568.959,26
DESPESAS DE CAPITAL		3.349.088,29	19.520.256,33	17.567.631,39	17.558.633,06	1.026.248,70	4.284.462,86
Investimentos		3.349.088,29	19.520.256,33	17.567.631,39	17.558.633,06	1.026.248,70	4.284.462,86
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL	25	11.274.443,65	121.645.457,53	77.862.731,90	77.793.088,58	23.159.904,25	31.966.908,35

Fonte: Siafi.

Quadro da execução de restos a pagar processados e não processados liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota Explicativa	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		6.061.715,42	2.204.551,74	2.556.014,23	-	5.710.252,93
Pessoal e Encargos Sociais		4.662.186,41	709.676,85	707.579,23	-	4.664.284,03
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		1.399.529,01	1.494.874,89	1.848.435,00	-	1.045.968,90
DESPESAS DE CAPITAL		64.188,38	9.038,56	8.919,50	-	64.307,44
Investimentos		64.188,38	9.038,56	8.919,50	-	64.307,44
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL	25	6.125.903,80	2.213.590,30	2.564.933,73	-	5.774.560,37

Fonte: Siafi.

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS	Notas Explicativas	2021	2020
Receitas Orçamentárias		25.105.361,93	9.173.934,49
Ordinárias		-	-
Vinculadas		25.255.907,57	10.030.540,47
Alienação de Bens e Direitos		290.980,00	436.760,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		24.964.927,57	7.347.487,81
Outros Recursos Vinculados			2.246.292,66
(-) Deduções da Receita Orçamentária		- 150.545,64	- 856.605,98
Transferências Financeiras Recebidas		4.708.777.557,90	4.467.936.199,97
Resultantes da Execução Orçamentária		4.680.806.305,71	4.459.618.386,12
Cota Recebida		4.672.855.215,70	4.450.843.987,15
Repasso Recebido		7.951.090,01	8.768.920,26
Repasso Devolvido			5.478,71
Independentes da Execução Orçamentária		27.971.252,19	8.317.813,85
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		20.799.908,79	
Demais Transferências Recebidas		6.506.725,36	7.628.574,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais		664.618,04	689.239,85
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários			
Recebimentos Extraorçamentários		95.738.817,31	125.437.502,02
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		159.279,19	2.103.630,49

INGRESSOS	Notas Explicativas	2021	2020
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		81.966.447,33	121.645.457,53
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.272.951,13	1.673.892,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários		340.139,66	14.522,00
Arrecadação de Outra Unidade		202.032,37	14.522,00
Valores para Compensação		138.107,29	
Demais recebimentos			
Saldo do Exercício Anterior		500.981.081,39	380.000.291,01
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	500.981.081,39	380.000.291,01
TOTAL		5.330.602.818,53	4.982.547.927,49

Fonte: Siafi.

DISPÊNDIOS	Notas Explicativas	2021	2020
Despesas Orçamentárias		4.417.336.906,07	4.411.971.755,78
Ordinárias		2.155.826.110,50	2.117.250.029,91
Vinculadas		2.261.510.795,57	2.294.721.725,87
Seguridade Social (Exceto RGPS)		1.842.756.621,46	1.935.167.108,19
Previdência Social (RPPS)		412.881.893,76	354.558.934,75
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		5.872.280,35	2.283.167,96
Outros Recursos Vinculados			2.712.514,97
Transferências Financeiras Concedidas		17.868.219,45	17.010.548,27
Resultantes da Execução Orçamentária		10.495.888,61	8.675.620,86
Repassé Concedido		6.777.493,82	8.670.142,15
Cota Devolvida		3.718.394,79	
Repassé Devolvido			5.478,71

DISPÊNDIOS	Notas Explicativas	2021	2020
Independentes da Execução Orçamentária		7.372.330,84	8.334.927,41
Transferências Concedidas para Pagamento de RP			2.591,56
Demais Transferências Concedidas		6.506.725,36	7.628.574,00
Movimento de Saldos Patrimoniais		865.605,48	703.761,85
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários		94.049.509,45	52.584.542,05
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		2.564.933,73	1.854.346,25
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		77.793.088,58	47.831.161,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		12.485.153,41	1.642.838,58
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.206.333,73	1.256.196,05
Valores Compensados			90.484,23
Demais Pagamentos		1.206.333,73	1.165.711,82
Saldo para o Exercício Seguinte		801.348.183,56	500.981.081,39
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	801.348.183,56	500.981.081,39
TOTAL		5.330.602.818,53	4.982.547.927,49

Fonte: Siafi.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ESPECIFICAÇÃO	Nota Explicativa	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		329.571.232,37	142.654.795,29
Ingressos		4.747.350.520,62	4.478.580.168,46
Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		17.962.255,13	2.300.414,79
Receita Patrimonial		-	-
Receita Industrial		662.820,04	491.402,54
Receita de Serviços		3.594.304,30	3.084.366,89
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		2.740.492,46	3.079.370,27
Transferências Correntes Recebidas			
Intergovernamentais			
Intragovernamentais			
Outras Transferências Correntes Recebidas			
Outros Ingressos das Operações		4.722.390.648,69	4.469.624.613,97
Ingressos Extraorçamentários		13.272.951,13	1.673.892,00
Transferências Financeiras Recebidas		4.708.777.557,90	4.467.936.199,97
Arrecadação de Outra Unidade		202.032,37	14.522,00
Valores para Compensação		138.107,29	
Demais Recebimentos			

ESPECIFICAÇÃO	Nota Explicativa	2021	2020
Desembolsos		- 4.417.779.288,25	- 4.335.925.373,17
Pessoal e Demais Despesas		- 4.101.207.623,37	- 4.041.313.159,75
Legislativo		- 2.035.138.032,13	- 1.935.548.455,08
Judiciário		- 787.981,27	- 824.485,35
Essencial à Justiça		- 54.022,90	- 18.693,50
Administração		- 27.664,70	- 18.693,50
Defesa Nacional		- 43.103,76	- 17.991,24
Previdência Social		- 2.064.923.149,21	- 2.104.738.025,08
Saúde			
Educação		- 194.927,16	- 146.816,00
Encargos Especiais		- 38.742,24	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão de Pagamento		470.635,98	433.424,90
Juros e Encargos da Dívida			
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna			
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa			
Outros Encargos da Dívida			
Transferências Concedidas		- 285.011.958,29	- 274.702.630,52
Intergovernamentais			
Intragovernamentais		- 283.405.719,00	- 273.463.236,91
Outras Transferências Concedidas		- 1.606.239,29	- 1.239.393,61
Outros Desembolsos das Operações		- 31.559.706,59	- 19.909.582,90
Dispêndios Extraorçamentários		- 12.485.153,41	- 1.642.838,58
Transferências Financeiras Concedidas		- 17.868.219,45	- 17.010.548,27
Valores Compensados			- 90.484,23
Demais Pagamentos		- 1.206.333,73	- 1.165.711,82

ESPECIFICAÇÃO	Nota Explicativa	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		- 29.204.130,20	- 21.674.004,91
Ingressos		145.490,00	218.380,00
Alienação de Bens		145.490,00	218.380,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		- 29.349.620,20	- 21.892.384,91
Aquisição de Ativo Não Circulante		- 22.937.791,60	- 19.714.955,82
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		- 6.411.828,60	- 2.177.429,09
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos			
Operações de Crédito			
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais			
Transferências de Capital Recebidas			
Intergovernamentais			
Intragovernamentais			
Outras Transferências de Capital Recebidas			
Outros Ingressos de Financiamento			
Desembolsos			
Amortização / Refinanciamento da Dívida			
Outros Desembolsos de Financiamento			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		300.367.102,17	120.980.790,38
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		500.981.081,39	380.000.291,01
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1	801.348.183,56	500.981.081,39

Fonte: Siafi.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Especificação	Nota Explicativa	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/ Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020		-	-	-	-	-	871.144.256,70	-	-	871.144.256,70
Varição Cambial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-68.975.302,25	-	-	-68.975.302,25
Aumento/Redução de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	36.219.194,31	-	-	36.219.194,31
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-16.891,04	-	-	-16.891,04
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária – IR/CS s/ Res. de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020		-	-	-	-	-	838.371.257,72	-	-	838.371.257,72

Especificação	Nota Explicativa	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/ Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021		-	-	-	-	-	838.371.257,72	-	-	838.371.257,72
Varição Cambial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	<u>12</u>	-	-	-	-	-	-104.406.556,35	-	-	-104.406.556,35
Aumento/Redução de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	1.680.488.774,74	-	-	1.680.488.774,74
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-95.655,35	-	-	-95.655,35
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária – IR/CS s/ Res. de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021		-	-	-	-	-	2.414.357.820,76	-	-	2.414.357.820,76

Fonte: Siafi.

NOTAS EXPLICATIVAS

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Senado Federal foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasi-

leiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 8ª edição) e o Manual Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis foram levanta-

das a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras (UGs) do Senado Federal, constantes da tabela abaixo:

Tabela – Unidades Gestoras

Órgão	UG	Descrição
Senado Federal	020001	Senado Federal
Fundo Especial do Senado Federal	020054	Fundo Especial do Senado Federal

Fonte: Siafi.

No presente relatório, estão evidenciadas as Demonstrações Contábeis com base nos exercícios de 2020 e 2021.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras

(doravante modelo PCASP) e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF); e

- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) – apresentada apenas no 4º Trimestre;
- Notas Explicativas.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Senado Federal, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa – Incluem conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme arts. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela

é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Demais créditos e valores a curto prazo – Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos e (ii) créditos por dano ao patrimônio. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros. Os créditos a receber são atualizados com base na variação da taxa Selic. É constituído também ajuste para perdas, considerando-se a natureza, o prazo de vencimento e o histórico de sucesso das cobranças administrativas realizadas.

Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda, almoxarifado e outros estoques. São avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) na entrada, pelo custo de aquisição ou produção; e (ii) na saída, pelo custo médio ponderado. Não se constitui ajuste para perda de estoques, tendo em vista que os tipos de materiais estocados e os

controles existentes tornam as perdas, quando ocorrem, insignificantes.

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como a redução ao valor recuperável e a reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Depreciação de bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da

depreciação em fração menor do que um mês.

A vida útil e o valor residual utilizados foram considerados, segundo critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na Macrofunção 02.03.30, conforme tabela abaixo:

Conta contábil	Vida útil (anos)	Valor residual
Aparelhos de medição e orientação	15	10%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
Máquinas e utensílios agropecuários/rodoviários	10	10%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
Mobiliário em geral	10	10%
Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
Instrumentos musicais e artísticos	20	10%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
Veículos em geral	15	10%
Veículos de tração mecânica	15	10%
Armamentos	20	15%
Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

Fonte: Manual Siafi – Macrofunção 02.03.30.

A partir de janeiro de 2019, os registros contábeis foram efetuados após a implementação do uso de metodologia de depreciação, por meio dos relatórios gerados pelo Sistema SPALM – Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoxarifado.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet), que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014. O valor depreciado é de responsabilidade daquela SPU, sendo apurado mensalmente e lançado automaticamente pelo SPIUnet.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- I. atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- II. reavaliados aqueles nos quais:
 - i. seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;

- ii. houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- iii. seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensalmente e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) \div n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível – O ativo intangível é formado exclusivamente pelos *softwares* adquiridos, mensurados com base no valor de aquisição, deduzida a respectiva amortização acumulada. As aquisições de licenças de uso de *software* que não possuem prazo contratual, ou seja, sem vida útil definida, não foram amortizadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para os *softwares* com vida útil definida, a amortização é calculada observando-se a vigência contratual e se dá de acordo com o Manual Siafi, Macrofunção 02.03.30.

Reavaliação – De acordo com a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais deverão ser reavaliados quando: a título de benfeitoria, o valor percentual for igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; houver comprovada ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, entre outros.

Passivos circulantes e não circulantes – As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos

ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do Resultado – No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1	2	3
Patrimonial	Orçamentário	Financeiro

Resultado Patrimonial – A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando pude-

rem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos, ou redução de ativos, ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Orçamentário – O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro – O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA EXPLICATIVA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional e em bancos para aplicação nas operações da entidade.

Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição				
Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AV*	AH*
Bancos conta movimento – Caixa Econômica Federal	1.268.344	1.269.052	0,16%	- 0,06%
UG 020001	1.268.344	1.269.052	0,16%	- 0,06%
Limite de saque com vinculação de pagamento	800.079.839	498.936.514	99,84%	60,36%
UG 020001	638.860.246	355.848.492	79,72%	79,53%
UG 020054	161.219.593	143.088.022	20,12%	12,67%
Limite de saque com vinculação de pagamento – Ordem de Pagamento	0	775.515	0,00%	- 100,00%
UG 020001	0	775.515	0,00%	- 100,00%
UG 020054	0	0	0,00%	-
Total	801.348.184	500.981.081	100%	59,96%

*AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal.

Fonte: Siafi

Bancos conta movimento – Caixa Econômica Federal

Compreende os valores relativos aos depósitos de cauções recebidas, que constituem garantias fornecidas pelos contratados visando assegurar a execução do contrato celebrado com o poder

público. Ao término do contrato, se o contratado houver cumprido com todas as obrigações, o valor será devolvido pela Administração Pública.

As cauções recebidas para garantia de contra-

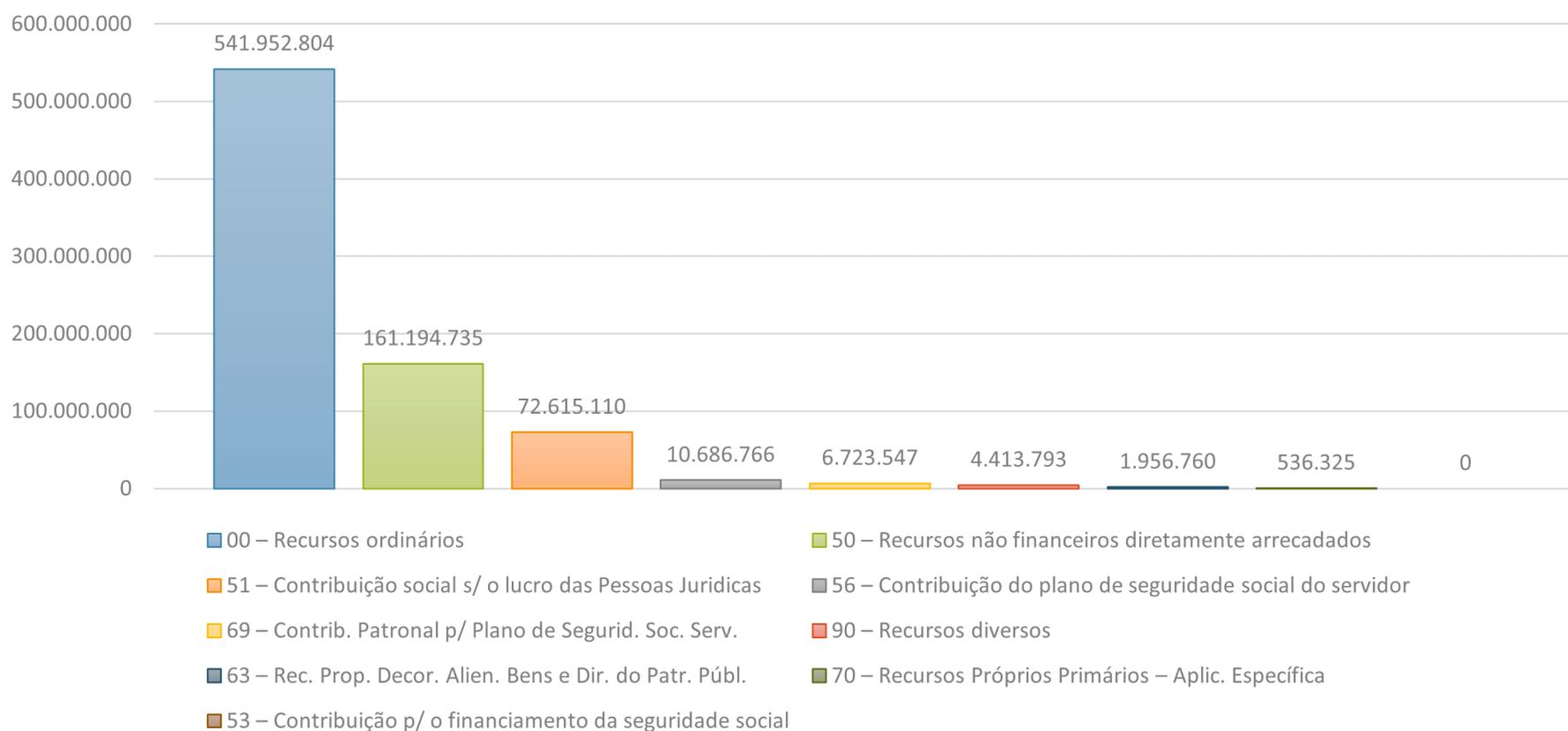
to são caracterizadas como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro; portanto, são saldos em caixa não disponíveis para a entidade.

Limite de saque com vinculação de pagamento

Registra o valor do limite de saque com vinculação de pagamento da Conta Única destinado a despesas de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

O gráfico abaixo demonstra a composição do saldo da conta Limite de Saque para o Senado Federal, em 31/12/2021:

Limite de Saque - Detalhamento em 31/12/2021 - Senado Federal



O detalhamento do saldo do limite de saque por Unidade Gestora pode ser analisado na tabela abaixo:

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento				
Identificação dos recursos	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
UG 020001	541.952.804	332.747.424	67,74%	62,87%
UG 020054	0	0	0,00%	-
00 – Recursos ordinários	541.952.804	332.747.424	67,74%	62,87%
UG 020001	511.466	511.466	0,06%	0,00%
UG 020054	160.683.269	142.894.818	20,08%	12,45%
50 – Recursos não financeiros diretamente arrecadados	161.194.735	143.406.284	20,15%	12,40%
UG 020001	72.615.110	11.748.495	9,08%	518,08%
51 – Contribuição social s/ o lucro das Pessoas Jurídicas	72.615.110	11.748.495	9,08%	518,08%
UG 020001	0	3.402.999	0,00%	- 100,00%
53 – Contribuição p/ o financiamento da seguridade social	0	3.402.999	0,00%	- 100,00%
UG 020001	10.686.766	1.000.000	1,34%	968,68%
56 – Contribuição do plano de seguridade social do servidor	10.686.766	1.000.000	1,34%	968,68%
UG 020001	1.956.760	1.811.270	0,24%	8,03%
UG 020054	0	0	0,00%	
63 – Rec. Prop. Decor. Alien. Bens e Dir. do Patr. Públ.	1.956.760	1.811.270	0,24%	8,03%
UG 020001	6.723.547	1.001.551	0,84%	571,31%
69 – Contrib. Patronal p/ Plano de Segurid. Soc. Serv.	6.723.547	1.001.551	0,84%	571,31%
UG 020054	536.325	193.204	0,07%	177,59%
70 – Recursos Próprios Primários – Aplic.. Específica	536.325	193.204	0,07%	177,59%
UG 020001	4.413.793	3.625.288	0,55%	21,75%
90 – Recursos diversos	4.413.793	3.625.288	0,55%	21,75%
Total	800.079.839	498.936.514	100%	60,36%

*AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal.

Fonte: Siafi

Na UG 020001 (Senado Federal), verifica-se que a maior parte do limite de saque é de recursos ordinários, ou seja, não possui vinculação específica e pode ser alocada discricionariamente pelo gestor, respeitando-se a legislação vigente.

Os recursos não financeiros diretamente arrecadados constantes da UG 020054 (Fundo Es-

pecial do Senado Federal) referem-se a receitas próprias recebidas a título, principalmente, de comercialização da Gráfica do Senado e acumuladas ao longo de exercícios anteriores.

A partir de 2020, parte dos recursos anteriormente arrecadados na fonte 0150 passaram a ser arrecadados na fonte 0170 – Recursos Próprios

Primários com Aplicação Específica. Trata-se de recursos descontados em folha ou recebidos via GRU para custearem a ação “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes”. (Portaria SOF nº 7.640, de 16 de março de 2020).

NOTA EXPLICATIVA 2 – CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Créditos a Curto Prazo referem-se a valores a receber por fornecimento de bens, serviços, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos e outros valores realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Compreendem os valores a receber decorrentes das

vendas da Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF e da Livraria do Senado Federal.

Em 31/12/2021, o Senado Federal apresentou saldo de R\$ 184.341,89 nesse grupo, conforme se observa no detalhamento apresentado na tabela abaixo:

Clientes		
CLIENTES	31/12/2021	AV
FATURAS/DUPL. A REC – ESTOQUES PRÓPRIOS	13.973	7,58%
BERLIN FINANCE MEIOS DE PGT LTDA.	7.929	4,30%
CAPITAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS RECICLÁVEIS	6.044	3,28%
FATURAS/DUPL. A REC. – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	170.369	92,42%
UG 020054	170.369	92,42%
Total	184.341,89	100,00%

Fonte: Siafi

O valor de R\$ 170.369,28 registrado na UG 020054 – Fundo Especial do Senado Federal se refere à apropriação, pelo regime de competência, dos valores relativos às mensalidades do plano de assistência à saúde dos sena-

dores e ex-senadores que não recebem aposentadoria pelo Senado Federal ou do cônjuge que não recebe pensão.

NOTA EXPLICATIVA 3 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreende os valores a receber por transações realizáveis a curto prazo, tais como adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros; tributos a recuperar/compensar; créditos a receber decorrentes da descentralização de serviços públicos, tanto por meio de outorga a entidades da administração indireta como por meio de delegação; direitos oriundos de danos ao patrimônio, apurados em sindicância, prestação de contas, tomada de contas ou processos

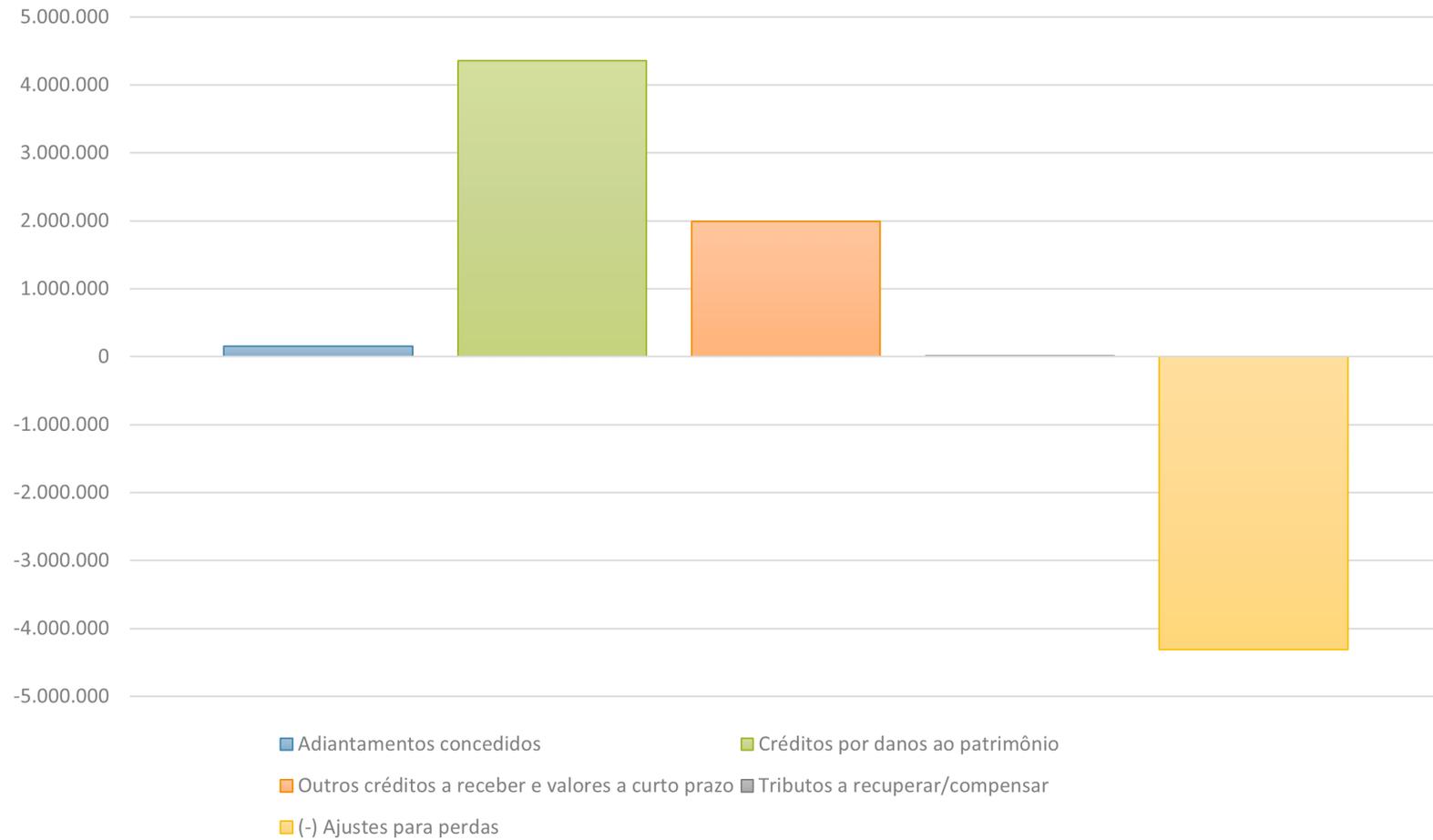
judiciais; depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo; e outros créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores.

A seguir, apresenta-se a composição desses valores:

Demais créditos e valores a curto prazo				
Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
Adiantamentos concedidos	155.731	101.769	7,13%	53,02%
Créditos por danos ao patrimônio	4.354.998	4.354.998	199,30%	0,00%
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	1.987.890	5.067.247	90,97%	- 60,77%
Tributos a recuperar/compensar	-	138.107	0,00%	- 100,00%
Subtotal	6.498.619	9.662.121	297,40%	- 32,74%
(-) Ajustes para perdas	- 4.313.455	- 3.742.005	- 197,40%	15,27%
Total	2.185.163	5.920.116	100,00%	- 63,09%

Fonte: Siafi

Demais créditos e valores a curto prazo



Créditos por danos ao patrimônio

Os Créditos por Danos ao Patrimônio englobam aqueles decorrentes de créditos administrativos (cobrança administrativa) registrados na contabilidade após apurado seu valor e definida a responsabilidade do devedor. Atualmente, os créditos inadimplentes superiores a R\$ 1.000,00 são enca-

minhados para inscrição na Dívida Ativa da União, consoante prescreve a Portaria-MF nº 75, de 2012.

Dentre os Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio, destacam-se os Créditos a Receber por Débito de Terceiro em Prestação de Serviços e os Créditos a Receber por Folha de Pagamen-

to. Trata-se, respectivamente, de créditos constituídos por aplicação de multa a empresas por descumprimento de contrato/licitação e créditos constituídos por ocasião de acertos rescisórios de pessoal comissionado e ex-pensionistas.

Ajustes para Perdas

Para a mensuração do valor recuperável dos créditos a receber, utilizou-se a metodologia recomendada na Macrofunção 020342 – AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS, ou seja, baseada no histórico de recebimentos passados.

Nesta metodologia, para encontrar o valor da variável quociente médio de recebimentos, deve-se calcular, primeiramente, a média mensal de recebimentos e a média mensal dos saldos da conta de valores a receber para cada um dos últimos três exercícios. Em termos matemáticos:

Perda estimada =
Saldo atualizado da conta de valores a receber –
(quociente médio de recebimentos ×
saldo atualizado da conta de valores a receber)

A partir dos quocientes de recebimento de cada exercício, calcula-se a média mensal de recebimento, somando-se os quocientes de recebimento dos exercícios x1, x2 e x3 e dividindo-se o resultado da soma por três. Em termos matemáticos:

(Quociente de recebimento para o exercício × 1 +
Quociente de recebimento para o exercício × 2 +
Quociente de recebimento para o exercício × 3) ÷ 3.

	2018	2019	2020	2021
Média mensal de recebimentos = total de recebimentos no exercício ÷ 12.	R\$ 443.926,49	R\$ 492.511,67	R\$ 502.025,76	R\$ 407.768,11
Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais ÷ 12.	R\$ 4.135.522,34	R\$ 1.232.120,91	R\$ 1.547.562,85	R\$ 1.891.583,73
Quociente de Recebimentos	11%	40%	32%	22%

Quociente médio de Recebimento	Perdas estimadas
26%	74%

Em 2021, o quociente médio de recebimento ficou em 26% $((11\% + 40\% + 32\% + 22\%) \div 4)$.

Consequentemente as perdas estimadas foram de 74%, índice que foi aplicado nos saldos das contas:

- 1.1.3.4.1.01.06 (UG 020001);
- 1.1.3.4.1.01.10 (UG 020001);
- 1.1.3.8.1.12.00 (UG 020001);
- 1.1.3.8.1.13.00 (UG 020054);
- 1.1.3.8.1.28.00 (UG 020054);
- 1.2.1.2.1.04.01 (020001-Longo Prazo);
- 1.2.1.2.1.04.06 (020001-Longo Prazo); e
- 1.2.1.2.1.05.03 (020001-Longo Prazo).

NOTA EXPLICATIVA 4 – VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE

As Variações Patrimoniais pagas antecipadamente referem-se a Prêmios e Seguros a Apropriar, Assinaturas e Serviços a Apropriar e outros Serviços pagos antecipadamente.

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão até o término do exercício seguinte.

Do valor total, destacaram-se as despesas abaixo, que foram pagas antecipadamente e apropriadas mensalmente ao longo dos meses seguintes:

- A contratação de serviço de suporte técnico e atualização de *softwares* para a plataforma de virtualização e servidores do Senado Fe-

deral, em outubro de 2019, pelo período de 2 anos, vigente até 31/10/2021, no valor global de R\$ 1.529.580,00. Esse valor foi pago de uma vez só, e as despesas relacionadas à utilização do serviço foram apropriadas mensalmente ao longo dos 24 meses subsequentes.

- A assinatura do Contrato nº 138/2020, com a empresa MCR Sistemas e Consultoria LTDA., para o fornecimento de assinatura de aplicativos da suíte ADOBE no modelo ETLA, durante 12 meses consecutivos, no valor global de R\$ 2.480.003,00. Esse valor foi pago de uma vez só em dezembro de 2020, e as despesas relacionadas à utilização do serviço foram apropriadas mensalmente ao longo dos 12 meses seguintes.

- A assinatura do Contrato nº 021/2021, com a empresa NCT INFORMÁTICA LTDA., para a prestação de serviços de assistência técnica com garantia de funcionamento, atualização de assinaturas de proteção e suporte técnico local e remoto, para Solução de Alta Disponibilidade de Next Generation Firewall integrante da Rede Local do Senado Federal, por 60 meses no valor global de R\$ 5.575.000,00. Esse valor foi pago de uma vez só em abril de 2021, e as despesas relacionadas à utilização do serviço serão apropriadas mensalmente ao longo dos 60 meses seguintes.

NOTA EXPLICATIVA 5 – CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Compreende os bens, direitos, dívida ativa e despesas antecipadas realizáveis após 12 meses da publicação das demonstrações contábeis.

Em 2019 houve a transferência de alguns créditos da conta de Curto Prazo para Longo Prazo,

conforme recomendação do Relatório de Auditoria de 2018. Dessa forma, foram transferidos créditos relativos a Créditos a Receber por Débito de Terceiro em Prestação de Serviços e os Créditos a Receber por Folha de Pagamento.

A seguir, apresenta-se o detalhamento das subcontas do grupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	
Detalhamento	31/12/2021
Créditos a receber decorrentes de Folha de Pagamento	6.297.800
Créditos a receber por Débito de Terceiros Prest. Serv.	2.645.128
Créditos a receber por Desfalques ou Desvios	9.819.799
Subtotal	18.762.728
(-) Ajustes para perdas	- 8.942.928
Total	9.819.799,44

Fonte: Siafi

O item Créditos a Receber por Desfalque ou Desvios foi constituído após julgamento irregular das contas e condenação ao pagamento solidário dos devedores no âmbito do TC

022.935/2018-5 TCU, itens 9.3 e 9.4 do Acórdão nº 8.250/2021-2ª Câmara do TCU. Processo SIGAD nº 00200.000606/2019-15.

NOTA EXPLICATIVA 6 – IMOBILIZADO

Compreende os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. Os bens do imobilizado podem ser avaliados tanto

pelo método de custo menos a depreciação e redução ao valor recuperável acumuladas ou pelo modelo de reavaliação menos a depreciação e redução ao valor recuperável acumuladas.

O Imobilizado do Senado Federal é composto de bens móveis e bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, em 31/12/2021 e em 31/12/2020.

Imobilizado				
Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
Bens Móveis	286.842.455	277.553.328	15,21%	3,35%
Bens Imóveis	1.823.244.224	463.460.508	96,65%	293,40%
(-) Deprec., Exaustão e Amortização Acumulada	- 223.644.991	- 206.404.352	- 11,86%	8,35%
Total	1.886.441.689	534.609.484	100,00%	252,86%

Fonte: Siafi.

Bens Móveis

Os bens móveis são registrados no Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoarifado (SPALM), que gerencia todas as movimentações referentes

aos bens móveis das diversas unidades organizacionais do Senado Federal.

Dentro das classes de bens móveis, destacam-

-se os Bens de Informática (R\$ 99 milhões) e os equipamentos para áudio, vídeo e foto (R\$ 66 milhões) que fazem parte do item material cultural,

educacional e de comunicação. Os primeiros se destacam pela importância do parque de informática para o desenvolvimento das atividades da Casa, enquanto os equipamentos de áudio, vídeo e foto são necessários devido à existência de diversas mídias de telecomunicação.

Com o advento das Normas Brasileiras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, com vistas à convergência das práticas contábeis na Administração Pública às Normas Internacionais de Contabilidade, o foco do controle dirigiu-se para a mensuração patrimonial.

O atendimento do enfoque patrimonial da contabilidade compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público (arts. 85, 89, 100 e 104 da Lei nº 4.320/1964). Nesse aspecto, devem ser observadas as normas contábeis voltadas para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação de ativos e passivos e suas variações patrimoniais, contribuindo para o processo de convergência às normas internacionais, respeitada a base legal nacional. A compreensão da lógica dos registros patrimoniais é importante para o entendimento da formação, composição e evolução do patrimônio. Busca-se, assim, melhorar a qualidade e a consistência das informações prestadas à sociedade, de modo a possibilitar o exercício da

cidadania no controle do patrimônio dos governos federal, estadual, distrital e municipal.

“A falta de registro de direitos e obrigações oriundas de variações patrimoniais quantitativas e qualitativas já incorridas resultará em demonstrações incompatíveis com as normas de contabilidade, além da geração de informações incompletas em demonstrativos exigidos pela LRF, a exemplo do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, tendo como consequência análise distorcida da situação fiscal e patrimonial do ente”.

Ademais, a fidedignidade dos registros contábeis dos atos e fatos que afetam o patrimônio da entidade pública é exigência prevista na Lei nº 4.320/64:

“Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial.

Art. 94. Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.

Art. 95. A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.

Art. 96. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.” (grifo nosso)

Diante da evidente obrigatoriedade de os registros contábeis guardarem correspondência com o rol de bens que compõem o patrimônio da entidade e, ainda, com a exigência trazida pela NBC T 16.9 de que a partir do exercício de 2010 fosse adotada a prática da depreciação, amortização e exaustão dos bens registrados no Ativo Imobilizado dos entes do setor público, tornou-se indispensável adotar todas as providências necessárias à organização do acervo patrimonial do Senado, com a consequente compatibilização com os registros contábeis.

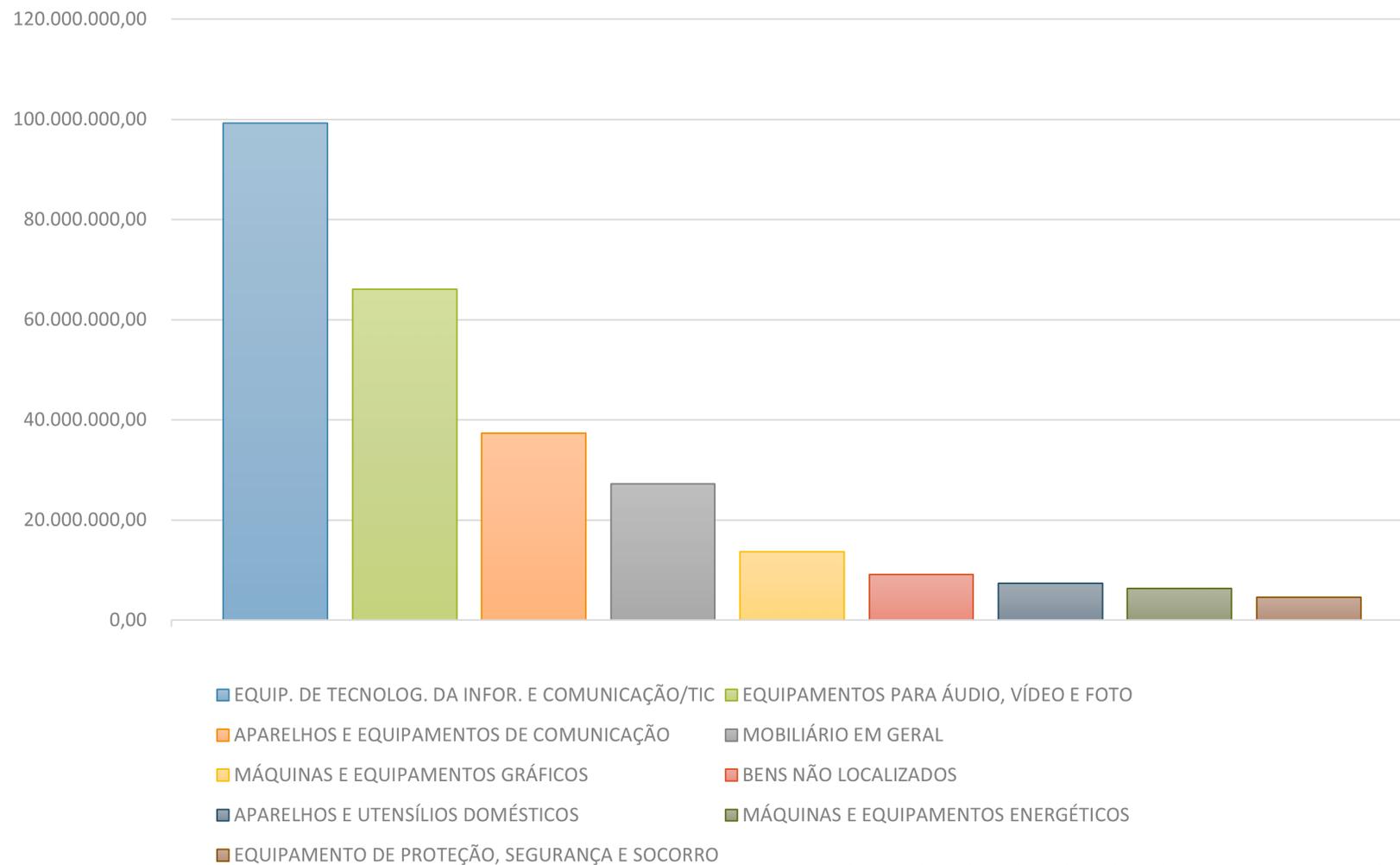
Detalhamento dos Bens Móveis

Bens Móveis		
Detalhamento	31/12/2021	AV
EQUIP. DE TECNOLOG. DA INFOR. E COMUNICAÇÃO/TIC	99.216.217,17	34,59%
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	66.043.356,80	23,02%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	37.367.083,47	13,03%
MOBILIÁRIO EM GERAL	27.152.789,66	9,47%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	13.672.118,24	4,77%
BENS NÃO LOCALIZADOS	9.125.373,86	3,18%
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	7.391.698,02	2,58%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	6.339.006,51	2,21%
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	4.599.347,69	1,60%
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	3.820.892,44	1,33%
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	2.626.434,59	0,92%
ESTOQUE INTERNO	1.789.950,35	0,62%
VEÍCULOS EM GERAL	1.526.768,15	0,53%
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	941.872,60	0,33%
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	814.383,54	0,28%

Bens Móveis		
Detalhamento	31/12/2021	AV
ARMAMENTOS	792.015,67	0,28%
EQUIPAM./UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOL., LAB. E HOSP.	724.392,64	0,25%
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	655.337,50	0,23%
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	645.389,61	0,22%
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	614.432,92	0,21%
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	322.667,86	0,11%
MATERIAL DE USO DURADOURO	244.018,58	0,09%
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ ESPORTES E DIVERSÕES	217.562,79	0,08%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	180.436,06	0,06%
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	9.853,81	0,00%
AERONAVES	4.824,56	0,00%
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	3.890,00	0,00%
EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	340,00	0,00%
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIO/ RODOVIÁRIO	0,01	0,00%
Total	286.842.455	100,00%

Fonte: Siafi

Bens Móveis - dezembro/2021 (maiores valores acima de 1%)



Bens Imóveis

Os bens imóveis em uso pelo Senado Federal totalizavam R\$ 1.823 milhões em 31/12/2021. A variação no período foi de 293,40% e foi devida à reavaliação dos imóveis do Senado Federal cadastrados no

Sistema SPIUNET. Para essa atualização, utilizou-se o CUB médio para março/2021, divulgado pelo SINDUSCON, além do Relatório Final da Comissão Permanente de Reavaliação, resultando em um

acréscimo de R\$ 1.350.750.785,33 ao valor do patrimônio imobiliário do Senado Federal.

Reavaliação dos Bens Imóveis

Através da Portaria da Diretoria-Geral PDG nº 4.330/2021, foi constituída a Comissão Permanente para Reavaliação de Imóveis, que realizou a avaliação de 27 imóveis constantes da carga patrimonial do Senado Federal junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Por meio do Relatório Final da referida Comissão (doc. 00100.134290/2021-07 anexo 1) pôde-se obter as seguintes informações:

a) Data da efetiva reavaliação:

A data da apresentação do Relatório Final da Comissão foi em 20/12/2021.

b) Dos métodos ou das premissas aplicadas à estimativa do valor justo dos itens:

b1) Imóveis localizados no Setor Comercial Sul SCS – Quadra 2 – Palácio do Comércio e terrenos sem edificações:

Para a avaliação do terreno, tendo em vista a escassez de dados de mercado, foi aplicado o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, previsto na norma ABNT 14.653/2011, com ajustes dos procedimentos estatísticos.

b2) Imóveis localizados na Praça dos Três Poderes:

Pela inviabilidade de se fazer um comparativo

de mercado com os imóveis avaliados, a metodologia prevista pela norma ABNT 14.653/2011 é a da avaliação pelo método involutivo.

Tal método é baseado em um modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, considerando um empreendimento hipotético compatível com as características do bem e com as condições de mercado no qual está inserido, analisando-se os cenários viáveis para a execução e comercialização do produto.

O valor do imóvel é estimado por meio de um processo de involução, ou seja, parte-se do valor de venda de um empreendimento através de pesquisa no mercado, subtraindo-se todos os custos

e despesas inerentes à transformação do terreno no empreendimento projetado, sendo: margem de lucro líquido ao empreendedor, despesas de comercialização, remuneração do capital-terreno, computados em prazos viáveis ao projeto, a execução e comercialização das unidades, mediante taxas financeiras operacionais reais, expressamente justificadas. A partir desse processo obtém-se o preço máximo que se pagaria pelo terreno para viabilizar o empreendimento (DANTAS, 2005).

No entanto, tendo em vista se tratar de imóvel em local com destinação exclusiva para abrigo aos órgãos dos governos federal e distrital, não há comparativos que possam ser adequadamente moldados à situação, pois há restrição legal para quaisquer outros usos. Assim, uma modelagem para um prédio comercial, ou para um shopping center, estaria se valendo de uma hipótese legalmente incompatível.

A opção foi pela avaliação do imóvel pelas

suas benfeitorias, com a aplicação do Método da Quantificação do Custo: estima-se o valor para a reedição do imóvel, considerando a depreciação pela idade aparente do bem, e aplica-se a proporção no percentual de 40% para o terreno e de 60% para as edificações, conforme a fundamentação constante no Processo 524564-2018 da Câmara dos Deputados, tendo em vista a similaridade das edificações e da localização dos dois órgãos.

c) Das técnicas utilizadas para a determinação do valor justo:

c1) Imóveis localizados no Setor Comercial Sul SCS – Quadra 2 – Palácio do Comércio e terrenos sem edificações:

Para a avaliação dos terrenos, foi obtida a média do valor por metro quadrado em pesquisa de mercado de terrenos em condições similares ao avaliado.

Para a avaliação das salas comerciais, foi utilizada a mediana, R\$ 3.327,91, obtida na pesquisa de mercado, do valor unitário do metro quadrado de salas comerciais semelhantes às salas do Senado.

c2) Imóveis localizados na Praça dos Três Poderes:

A técnica utilizada para o cálculo do valor justo do imóvel foi a multiplicação do custo unitário de reedição do imóvel pela área total construída. Ao resultado encontrado aplicou-se ainda o fator de depreciação K, utilizando-se o método Ross-Heidecke, o qual sugere o cálculo da depreciação física levando em conta o estado de conservação do imóvel e a idade, geralmente utilizando a vida útil da estrutura.

d) Do valor contábil (para cada classe de ativo imobilizado reavaliado) que teria sido reconhecido se os ativos tivessem sido contabilizados de acordo com o método de custo:

Valor contábil					
RIP Imóvel	RIP Utilização	Imóvel	Valor contabilizado pelo método de custo	Valor Reavaliado	Classificação
9701 17748.500-2	9701 00729.500-8	Anexo II	R\$ 44.841.860,17	R\$ 299.801.956,29	Edifícios
9701 17714.500-7	9701 00742.500-9	Garagem SAIN	R\$ 10.194.084,88	R\$ 10.758.227,32	Edifícios
9701 22830.500-6	9701 22831.500-1	Sala 1108	R\$ 84.275,15	R\$ 153.864,85	Edifícios
9701 22832.500-7	9701 22833.500-2	Sala 1109	R\$ 125.808,54	R\$ 229.695,68	Edifícios
9701 22834.500-8	9701 22835.500-3	Sala 1110	R\$ 128.202,71	R\$ 234.068,78	Edifícios
9701 22836.500-9	9701 22837.500-4	Sala 1111	R\$ 128.202,71	R\$ 234.068,78	Edifícios
9701 23795.500-0	9701 23796.500-5	SAIN Lote 1	R\$ 846.060,20	R\$ 209.842.906,00	Terrenos/Glebas
9701 22303.500-0	9701 05439.500-5	SEGRAF	R\$ 119.256.784,77	R\$ 92.730.909,72	Complexos/Fábricas
	9701 33930.500-4		R\$ 13.831.482,03		Edifícios
9701 17504.500-5	9701 00056.500-0	Unilegis	R\$ 1.219.880,56	R\$ 163.843.500,00	Terrenos/Glebas
9701 17512.500-9	9701 00150.500-0	SAAN 320	R\$ 135.103,28	R\$ 1.607.000,00	Terrenos/Glebas
9701 17511.500-3	9701 00191.500-4	SAAN 310	R\$ 135.103,28	R\$ 1.607.000,00	Terrenos/Glebas
9701 17509.500-2	9701 00194.500-0	SAAN 300	R\$ 135.103,28	R\$ 1.607.000,00	Terrenos/Glebas
9701 17508.500-7	9701 00204.500-3	SAAN 290	R\$ 135.103,28	R\$ 1.607.000,00	Terrenos/Glebas
9701 17572.500-6	9701 00741.500-3	SGO	R\$ 162.367,98	R\$ 22.370.040,00	Terrenos/Glebas
9701 21378.500-7	9701 04249.500-0	Bloco 14	R\$ 8.830.680,14	R\$ 23.270.488,66	Armazéns/Galpões
9701 21505.500-6	9701 05105.500-9	Bloco 12 ILB	R\$ 2.038.064,74	R\$ 2.166.438,92	Edifícios
9701 21507.500-7	9701 05881.500-9	Cootele	R\$ 2.961.188,19	R\$ 8.020.147,59	Armazéns/Galpões
9701 21455.500-5	9701 15503.500-4	Bloco 16	R\$ 8.476.903,38	R\$ 15.627.850,17	Armazéns/Galpões
9701.18889.500-2	9701 15504.500-0	Bloco 11	R\$ 1.814.091,01	R\$ 2.151.459,48	Edifícios
9701 21503.500-5	9701 15505.500-5	Bloco 17	R\$ 5.397.810,02	R\$ 31.371.390,39	Armazéns/Galpões
9701 22351.500-2	9701 22351.500-2	SAAN 240 a 330	R\$ 4.303.500,00	R\$ 8.035.000,00	Terrenos/Glebas
9701.32606.500-0	9701 32607.500-5	Bloco 15	R\$ 3.786.085,40	R\$ 9.649.365,18	Armazéns/Galpões
9701 22523.500-7	9701 22524.500-2	Clube do Servidor	R\$ 12.302.139,42	R\$ 297.930.896,00	Uso Recreativo

Valor contábil					
RIP Imóvel	RIP Utilização	Imóvel	Valor contabilizado pelo método de custo	Valor Reavaliado	Classificação
9701 21421.500-0	9701 00743.500-4	Anexo I	R\$ 138.706.487,19	R\$ 475.609.490,60	Complexos/Fábricas
9701 21449.500-2	9701 04301.500-1	Usina Geradora III	R\$ 1.782.247,37	R\$ 1.858.167,34	Complexos/Fábricas
9701 21225.500-4	9701 04302.500-7	Galeria Técnica	R\$ 2.606.139,77	R\$ 1.872.274,48	Complexos/Fábricas
9701 21451.500-3	9701 04303.500-2	Central de Ar	R\$ 1.533.023,40	R\$ 1.327.032,10	Complexos/Fábricas
Total			R\$ 385.897.782,85	R\$ 1.685.517.238,33	

Detalhamento dos Bens Imóveis

Bens Imóveis		
Detalhamento	31/12/2021	AV
COMPLEXOS/FÁBRICAS/USINAS	556.605.391,82	30,53%
TERRENOS/GLEBAS	410.519.445,73	22,52%
EDIFÍCIOS	345.998.648,01	18,98%
IMÓVEIS DE USO RECREATIVO	297.930.895,90	16,34%
IMÓVEIS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS	112.719.828,71	6,18%
ARMAZÉNS/GALPÕES	87.939.241,99	4,82%
OBRAS EM ANDAMENTO	10.789.361,50	0,59%
INSTALAÇÕES	720.439,12	0,04%
ESTUDOS E PROJETOS	20.971,50	0,00%
Total	1.823.244.224	100,00%

Fonte: Siafi

Dentre os imóveis destacam-se o Edifício Principal, juntamente com o Anexo I, com valor de R\$ 475.609.490,60, e o Anexo II, Blocos A, B, C e Prodasen, com valor de R\$ 299.801.956,29, ambos localizados na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF.

Observação: Após o encerramento das Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 foi verificado que o imóvel SECOM – Bloco 11 com RIP Utilização 9701 15504.500-0 foi registrado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET) e no SIAFI pelo va-

lor de R\$ 15.627.850,17, quando o correto seria R\$ 2.151.459,48 conforme Relatório Final da Comissão Permanente de Reavaliação.

Desta forma, na data de 7/2/2022 realizamos o registro contábil de acerto conforme 2022NL800001, 2022NL800003 e 2022NL800005.

NOTA EXPLICATIVA 7 – INTANGÍVEL

O Intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manu-

tenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

No Senado Federal, esse grupo apresenta o seguinte detalhamento:

Intangível		
<i>Softwares – vida útil indefinida</i>	31/12/2021	AV
ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE INFORMÁTICA LTDA.	10.090.807,29	23,95%
ARROW ECS BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA.	3.131.573,00	7,43%
INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS, SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA.	2.738.663,44	6,50%
IKHON GESTÃO CONHECIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA.	2.707.117,81	6,43%
CASA DE SOFTWARE S/A	2.467.154,88	5,86%
CAPGEMINI BRASIL	1.949.766,21	4,63%
SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA.	1.768.931,00	4,20%
CONECTAA DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS EIRELI	1.562.310,11	3,71%
TECHNE ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA.	1.538.908,80	3,65%
DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA.	1.320.000,00	3,13%
MAHVLA TELECOMM CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA.	1.258.500,00	2,99%
VISUAL SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA.	1.219.485,00	2,89%

Intangível		
<i>Softwares – vida útil indefinida</i>	31/12/2021	AV
NARA WERNER DE FIGUEIREDO EIRELI	1.085.478,69	2,58%
GLOBAL BUSINESS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.	794.389,00	1,89%
BENNER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE SAÚDE LTDA.	713.461,25	1,69%
Outros	7.755.302,87	18,41%
Total	42.101.849,35	99,94%
<i>Softwares – vida útil definida</i>		
SCANSOURCE BRASIL DISTRIBUIDORA DE TECNOLOGIAS LTDA.	142.900,00	0,34%
Total	142.900,00	0,34%
<i>Amortização acumulada</i>		
Amortização acumulada	- 119.082,36	- 0,28%
Total	- 119.082,36	- 0,28%
Total – Intangível	42.125.666,99	100,00%

Fonte: Siafi

Dentre as classes de *Softwares*, estão separados os de Vida Útil Definida, que sofrem amortização conforme o prazo contratual, e os de Vida Útil Indefinida, que não sofrem amortização, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e o Manual Siafi, Macrofunção 02.03.30.

Na classe de *Softwares* de Vida Útil Indefinida, entre os 3 maiores valores destaca-se a empresa ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE INFOR-

MÁTICA LTDA., que fornece as licenças de uso de *Software* Microsoft, com 23,95% de participação no grupo. Após, a empresa ARROW ECS BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA., da qual foi adquirida a licença de VMware VCloud Suite Enterprise para os serviços de adequação do ambiente de virtualização para recuperação de desastres em sítio remoto do Senado Federal.

Destaca-se, ainda, a empresa INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS, SISTEMAS E INFORMÁTICA

LTDA., cujo contrato fornece licenças perpétuas, sendo 8 QLIK ANALYTICS PLATFORM, 4 QLIK SENSE ENTERPRISE e 4 subscrições do QLIK WEB CONNECTOR.

Por fim, a empresa IKHON GESTÃO CONHECIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA., que fornece o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD).

NOTA EXPLICATIVA 8 – OBRIGAÇÕES TRABALH., PREVID. E ASSIST. A PAGAR A CURTO PRAZO

Compreendem os valores a pagar a pessoal, tais como remunerações, décimo terceiro salário e férias. Também compreendem os respectivos encargos previdenciários.

Ao final de 2021, o grupo apresentou saldo de R\$ 263,7 milhões, sendo a maior parte decorrente de lançamento de apropriação de Férias a pagar, em atendimento à legislação em vigor, especial-

mente à Macrofunção 021142 – FOLHA DE PAGAMENTO, do Manual SIAFI.

Além disso, no mês de dezembro, foi também registrado no grupo o valor de R\$ 52.561.378,01, referente a saldo adquirido de licença-prêmio de servidores do Senado Federal apropriado em observância ao regime de competência, tendo como contrapartida a conta 2.371.103.00 – Ajustes de Exer-

cícios Anteriores, e em atendimento ao Achado A2 do Relatório Preliminar de Comunicação de Distorções, da Auditoria Interna do Senado Federal. Após pagamento da folha de pessoal referente a dezembro de 2021, restou ainda um saldo de R\$ 51.870.406,44, que representa 19,67% do total do grupo.

A tabela abaixo mostra a composição do grupo em 31/12/2021:

Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		
Detalhamento	31/12/2021	AV
Férias a Pagar	211.792.985	80,31%
Licença Prêmio	51.870.406	19,67%
Benefícios Assistenciais a Pagar	50.417	0,02%
Encargos Sociais a Pagar	8.782	0,00%
Salários, Remunerações e Benefícios	7.286	0,00%
Benefícios Previdenciários a Pagar	1.512	0,00%
Total	263.731.389,08	100%

Fonte: Siafi

NOTA EXPLICATIVA 9 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Compreende os valores a pagar a credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços. Em 31/12/2021, o Sena-

do Federal apresentou saldo de R\$ 65.181.840,23 nesse grupo, sendo a maior parte referente a Fornecedores Nacionais, conforme se observa no de-

talhamento apresentado na tabela abaixo:

Fornecedor	31/12/2021	AV
MG TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.	10.165.984,06	15,60%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	5.136.247,53	7,88%
SERVISET TECNOLOGIA E FACILITIES LTDA.	4.785.133,38	7,34%
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	4.374.359,01	6,71%
BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA.	4.137.948,87	6,35%
RCS TECNOLOGIA LTDA.	4.090.977,77	6,28%
NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.	3.023.330,97	4,64%
MAIS SERVIÇOS LTDA.	2.760.238,13	4,23%
INSPETORIA SÃO JOÃO BOSCO	2.702.817,41	4,15%
CETRO RM SERVIÇOS LTDA.	2.159.999,60	3,31%
MAXVÍDEO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	1.493.818,44	2,29%
SPM ENGENHARIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA.	1.142.020,61	1,75%
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	1.051.224,93	1,61%
APECE SERVIÇOS GERAIS LTDA.	845.030,68	1,30%
R7 FACILITIES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI	836.454,16	1,28%
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ARTES E DA COMUNICAÇÃO	799.128,36	1,23%
ENTHERM ENGENHARIA DE SISTEMAS TERMOMECÂNICOS LTDA.	792.437,43	1,22%
Demais Fornecedores	14.884.688,89	22,84%
Total	65.181.840,23	100%

Fonte: Siafi

NOTA EXPLICATIVA 10 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Em 2020 houve a transferência de valores da conta de Curto Prazo para Longo Prazo, devido ao longo período sem destinação, conforme recomendação

do Relatório de Auditoria de 2020. Dessa forma, foram transferidos R\$ 7.023.064,93, relativos a Consignações – Retenções de Sindicatos.

A seguir, apresenta-se o detalhamento das subcontas do grupo Demais Obrigações a Curto Prazo:

Demais Obrigações a Curto Prazo				
Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
Consignações	5.902.438	7.090.398	48,90%	- 16,75%
Depósitos não judiciais	4.902.527	4.894.339	40,61%	0,17%
Indenizações, Restituições e Compensações	2.365	2.365	0,02%	0,00%
Diárias a pagar		4.200	0,00%	- 100,00%
Valores em trânsito exigíveis	779.611	-	6,46%	-
Indenizações, Restituições e Compensações - Intra	2.059	16.969	0,02%	- 87,87%
Transferências Financeiras a Comprovar	471.441	198.513	3,91%	137,49%
Adiantamento de Clientes	2.820	-	0,02%	-
Depósitos judiciais	8.546	-	0,07%	-
Passivos em liquidação a Classificar	- 666	-	- 0,01%	-
Convênios e Outros Instrum. Congêneres Devolvidos		-	0,00%	-
Total	12.071.140,62	12.206.785,10	100%	- 1,11%

Fonte: Siafi

NOTA EXPLICATIVA 11 – DEMAIS OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO

Em 2020 houve a transferência de valores da conta de Curto Prazo para Longo Prazo, devido ao longo período sem destinação, conforme recomendação

do Relatório de Auditoria de 2020. Dessa forma, foram transferidos R\$ 7.023.064,93, relativos a Consignações – Retenções de Sindicatos.

A seguir, apresenta-se o detalhamento das subcontas do grupo Demais Obrigações a Longo Prazo:

Demais Obrigações a Longo Prazo				
Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
Consignações	7.023.065	7.023.065	100,00%	0,00%
Total	7.023.064,93	7.023.064,93	100%	0,00%

Fonte: Siafi

NOTA EXPLICATIVA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos dos entes públicos depois de deduzidos todos seus passivos. No Senado Federal apresenta a seguinte composição:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS – CONSOLIDAÇÃO	2.414.357.821	838.371.258	100,00%	187,98%
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	1.680.488.775	36.219.194	69,60%	4.539,77%
SUPERÁVITS OU DÉFICITS EXERCÍCIOS ANTERIORES	838.371.258	871.144.257	34,72%	- 3,76%
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	- 104.502.212	- 68.992.193	- 4,33%	51,47%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.414.357.820,76	838.371.257,72	100,00%	187,98%

Fonte: Siafi

O **Superávit ou Déficit do Exercício** é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e é o resultado do cálculo da diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

Em 2021, o Senado Federal apresentou um superávit de R\$ 1.680.488.775. Esse resultado é decorrente do montante de recursos disponibilizado por meio das transferências intergovernamentais, pois, uma vez que o Senado Federal não é agente arrecadador do Governo Federal, depende desses

recursos para a execução do orçamento. Em 2021, o Senado Federal recebeu mais recursos do que sua execução orçamentária, gerando o superávit apontado na demonstração. Outro fator que contribuiu, em 2021, para o valor expressivo do superávit do Senado Federal foi a reavaliação dos bens imóveis, que impactou R\$ 1.350.750.785,33 no resultado.

Os **Ajustes de Exercícios Anteriores** são compostos, majoritariamente, por despesas de exercícios anteriores, pagos utilizando-se o orçamento atual, ou seja, Despesas de Exercícios Anteriores

(DEA), e outros ajustes. Em 2021, os valores correspondem, parcialmente, ao reconhecimento de reembolsos de despesas com saúde de servidores. Além disso, houve ajuste para regularização de achados de auditoria, que identificaram despesas do exercício de 2020 apropriadas indevidamente em 2021. Dessa forma, em respeito ao princípio da competência, o Senado Federal procedeu ao ajuste em dezembro de 2020, no montante de aproximadamente R\$ 77 milhões.

NOTA EXPLICATIVA 13 – EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os Atos Potenciais Passivos são os registros dos atos e fatos que possam vir a afetar o passivo da entidade governamental. Em 2020, o Senado Federal passou a registrar com mais fidedignidade a execução das

obrigações contratuais, o que acarretou em aumento significativo no saldo da conta (81230.00.00 EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS). A partir da nova regra, os registros estão sendo efetuados

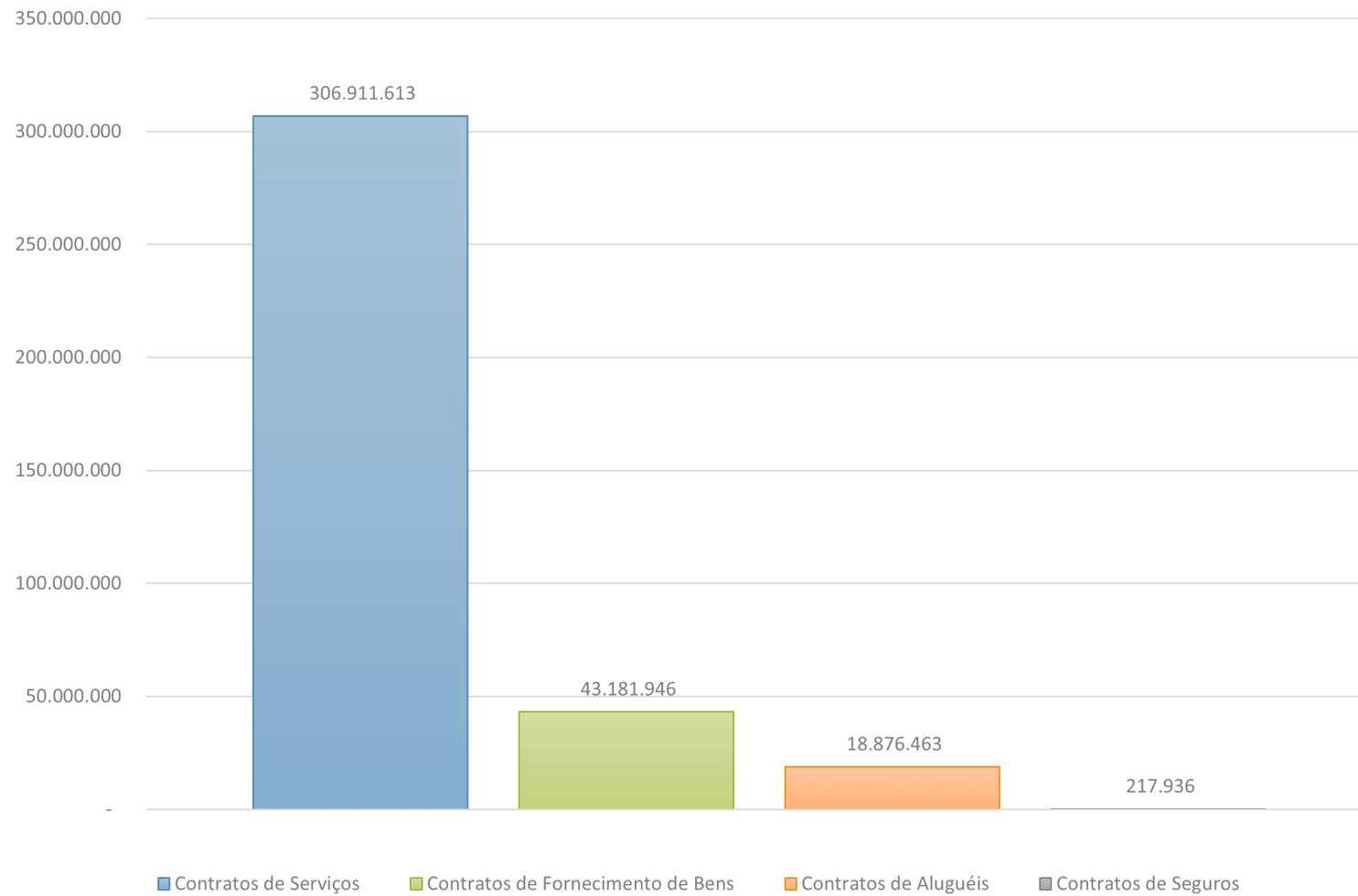
pelo saldo contratual assinado, descontando-se o valor já liquidado no exercício.

A tabela abaixo demonstra a composição das Obrigações Contratuais em 31/12/2021:

Execução de Obrigações Contratuais	
Detalhamento	31/12/2021
Contratos de Serviços	306.911.613
Contratos de Fornecimento de Bens	43.181.946
Contratos de Aluguéis	18.876.463
Contratos de Seguros	217.936
Total	369.187.957,79

Fonte: Siafi

Execução de Obrigações Contratuais - 2021



NOTA EXPLICATIVA 14 – COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) são os acréscimos no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de entrada de recurso, aumento de ativo ou diminuição em passivo, que resulte em aumento do

patrimônio líquido. Dessa forma, são as receitas que alteram o resultado patrimonial da entidade.

No Senado Federal, a composição das VPAs se dá da seguinte forma:

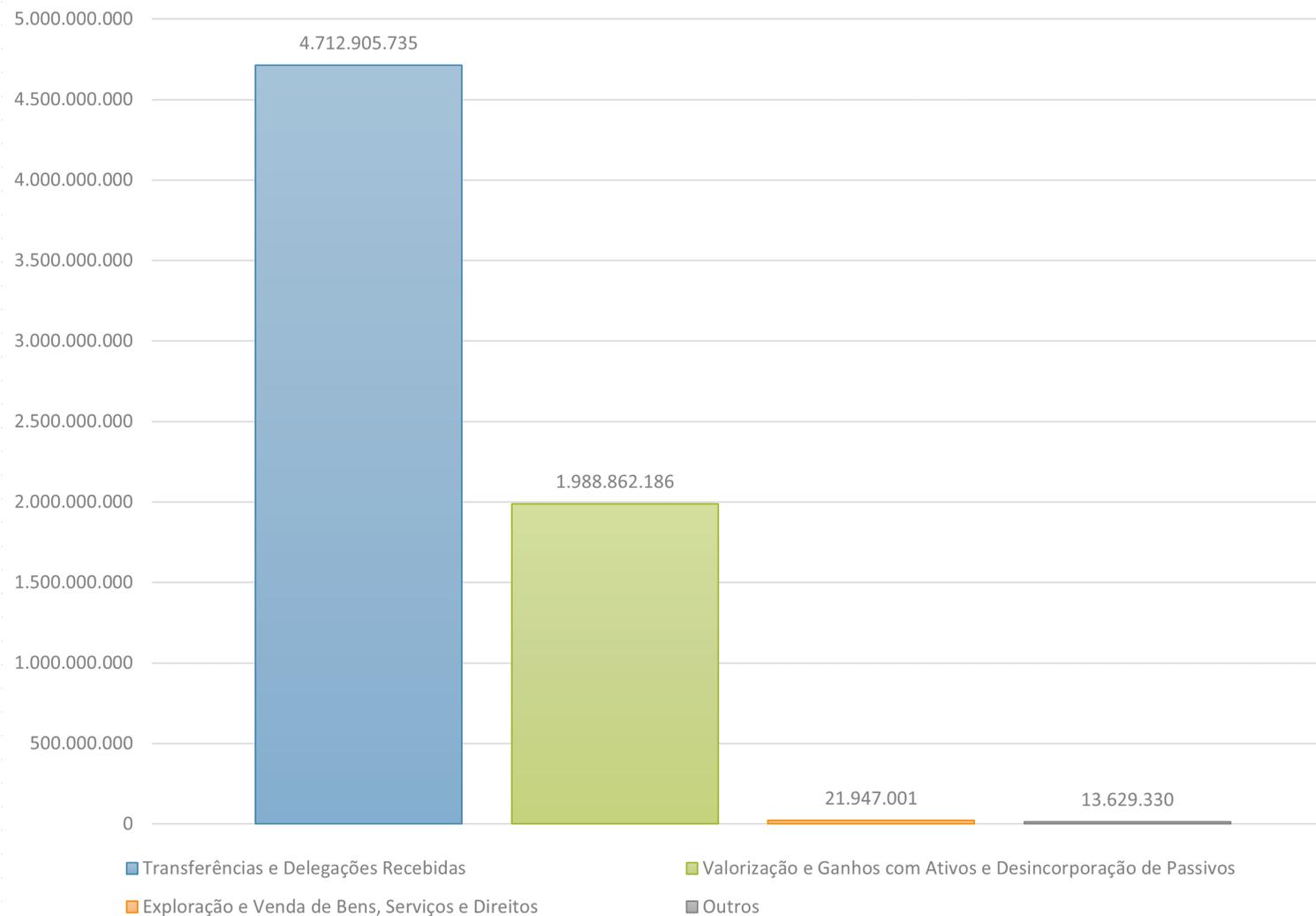
Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas				
Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
Transferências e Delegações Recebidas	4.712.905.735	4.468.999.818	69,95%	5,46%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	1.988.862.186	2.913.921	29,52%	68.153,82%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	21.947.001	7.058.121	0,33%	210,95%
Outros	13.629.330	7.204.804	0,20%	89,17%
Total	6.737.344.252	4.486.176.663	100,00%	50,18%

Fonte: Siafi

No Senado Federal, em 2021, em torno de 70% de toda a VPA foi decorrente de Transferências e Delegações Recebidas, que são transferências intergovernamentais. Dessa forma, como o órgão não faz parte dos agentes arrecadadores do Governo Federal, recebe transferências financeiras para que possa fazer a execução de suas despesas orçamentárias. Além dessa rubrica, outra que apresentou valor expressivo no exercício de 2021 foi a

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos. O aumento se deu pela reavaliação dos imóveis do Senado Federal cadastrados no Sistema SPIUNET, utilizando-se o CUB médio para março/2021 divulgado pelo SINDUSCON, além do Relatório Final da Comissão Permanente de Reavaliação, o que resultou em um acréscimo de R\$ 1.350.750.785,33 ao valor do patrimônio imobiliário do Senado Federal.

Composição das VPAs - 2021



NOTA EXPLICATIVA 15 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

As Transferências e Delegações Recebidas compreendem as variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais,

transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Composição das Transferências e Delegações Recebidas				
Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
Transferências Intragovernamentais	4.708.777.558	4.467.936.200	99,91%	5,39%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	4.128.177	1.063.618	0,09%	288,13%
Total	4.712.905.735	4.468.999.818	100,00%	5,46%

Fonte: Siafi

No Senado Federal, praticamente 100% do valor refere-se a Cotas recebidas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). São valores financeiros

repassados pela STN para o pagamento dos valores decorrentes da execução orçamentária do órgão.

NOTA EXPLICATIVA 16 – VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Compreendem as variações patrimoniais aumentativas com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.

Em 2021, o Senado Federal apresentou a seguinte composição para esse grupo:

Composição de Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos				
Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
Reavaliação de Ativos	1.980.549.131	729.332	99,58%	271.456,50%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	7.272.728	715.387	0,37%	916,61%
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.040.326	1.451.745	0,05%	- 28,34%
Ganhos com Alienação	0	17.456	0,00%	- 100,00%
Total	1.988.862.186	2.913.921	100,00%	68.153,82%

Fonte: Siafi

Conforme depreende-se da tabela acima, 99,58% do grupo refere-se à Reavaliação de Ativos, e o valor, expressivo, refere-se à reavaliação dos imóveis feita por intermédio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial (SPIUNET), em 2021. Os valores impactaram tanto as VPAs quanto as VPDs, sendo R\$ 1.980.549.131,40 o impacto positivo, nas VPAs, e R\$ 629.798.346,07 nas VPDs, de forma negativa, resultando em um acréscimo de R\$ 1.350.750.785,33 ao valor do patrimônio imobiliário do Senado Federal.

O item Ganhos com Desincorporação de Passivos é composto de valores relativos à comprovação de Termos de Execução Descentralizada (TEDs), executados em 2021.

Os Ganhos com Incorporação de Ativos referem-se à produção de livros e outros materiais pela Gráfica do Senado Federal.

NOTA EXPLICATIVA 17 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equi- valência patrimonial, dividendos, etc.

Composição de Outras Variações Patrimoniais Aumentativas				
Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	12.985.502	6.798.019	95,28%	91,02%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.987.181	6.489.455	14,58%	- 69,38%
Multas Administrativas	10.998.293	308.563	80,70%	3.464,35%
Variações Patrimoniais Aumentativas com Bonificações	29	0	0,00%	-
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	643.827	405.548	4,72%	58,75%
Total	13.629.330	7.203.567	100,00%	89,20%

Fonte: Siafi

As Multas Administrativas apresentaram um aumento expressivo no período, devido ao julgamento do TCU, conforme apresentado na Nota Explicativa 5. A linha representou, no período, 82,92% do total do grupo.

As Indenizações, Restituições e Ressarcimentos representam registros

de apropriações de créditos a receber de diversas origens, bem como recolhimentos por via de Guia de Recolhimento da União (GRU), especialmente por meio dos códigos 28852 – Outras Restituições e 28881 – Rec. Própria Recup. Desp. Exerc. Anterior.

NOTA EXPLICATIVA 18 – COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) são os decréscimos no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de saída de recurso ou redução de ativo ou incremento em passivo, que resulte em decréscimo

do patrimônio líquido. Dessa forma, são as despesas efetivas que alteram o resultado patrimonial da entidade.

No Senado Federal, a composição das VPDs se dá da seguinte forma:

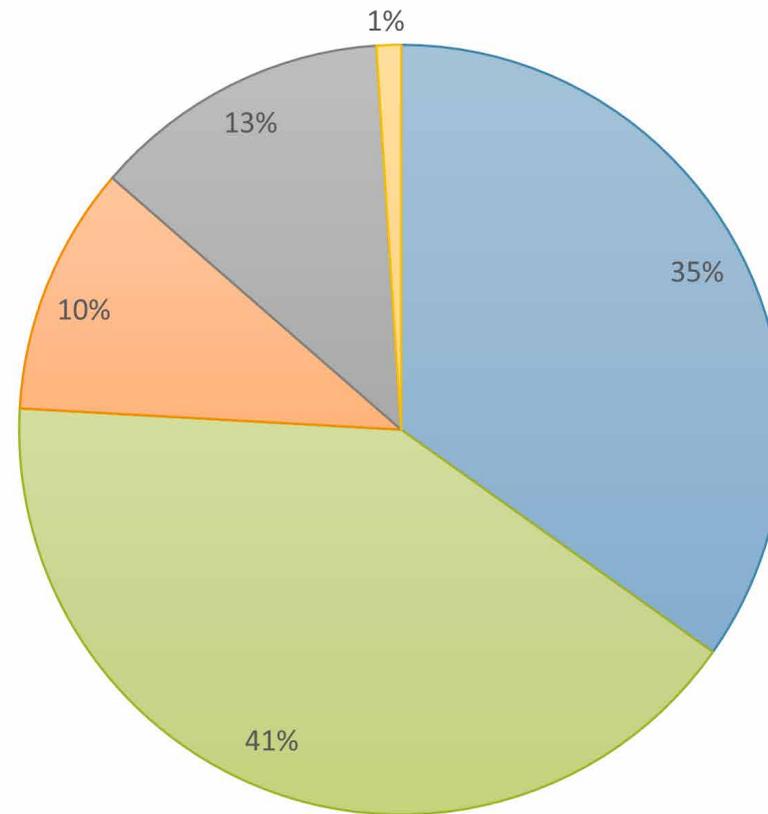
Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas				
Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
Pessoal e Encargos	1.759.821.574	1.781.533.269	34,80%	- 1,22%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.077.334.377	2.110.712.200	41,08%	- 1,58%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	529.423.719	494.403.581	10,47%	7,08%
Desvalorização e Perdas de Ativos, e Incorporação de Passivos	637.845.810	22.163.147	12,61%	2.777,96%
Outros	52.429.997	41.145.271	1,04%	27,43%
Total	5.056.855.477	4.449.957.468	100,00%	13,64%

Fonte: Siafi

Observa-se que em torno de 76% das VPDs do Senado Federal são para atender despesas com Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e As-

sistenciais. Isso decorre da característica intrínseca à função do órgão, a atividade legislativa, que demanda majoritariamente o uso de recursos de pessoal.

Composição das VPDs - 2021



■ Pessoal e Encargos

■ Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

■ Outros

■ Benefícios Previdenciários e Assistenciais

■ Desvalorização e Perdas de Ativos, e Incorporação de Passivos

NOTA EXPLICATIVA 19 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

As Transferências e Delegações Concedidas compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais,

transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou

sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

Composição das Transferências e Delegações Concedidas				
Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
Transferências Intragovernamentais	19.074.553	18.178.511	77,11%	4,93%
Transferências ao Exterior	1.510.315	1.149.035	6,11%	31,44%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	4.060.707	1.064.103	16,42%	281,61%
Transferências a Instituições Privadas	90.077	90.359	0,36%	- 0,31%
Total	24.735.652	20.482.008	100,00%	20,77%

Fonte: Siafi

No Senado Federal, 77% do valor refere-se a Transferências Intragovernamentais, decorrentes de:

- devolução de cota ao Tesouro Nacional, que são recursos remanescentes de exercícios

anteriores que não serão utilizados em 2021;

- execução de Termo de Execução Descentralizada (TED), com outros órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; e

- repasses concedidos ao Fundo do Senado Federal (FUNSEN), para a execução de valores utilizando recursos diretamente arrecadados no Fundo (Receita Própria do Órgão).

NOTA EXPLICATIVA 20 – DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

Em 2021, o Senado Federal apresentou a seguinte composição para esse grupo:

Composição de Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos				
Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
Reavaliação, Ajuste a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	633.565.900	5.293.277	99,33%	11.869,26%
Desincorporação de Ativos	3.179.598	16.233.288	0,50%	- 80,41%
Incorporação de Passivos	1.013.146	636.580	0,16%	59,15%
Perdas com Alienação de Imobilizado	87.165	0	0,01%	-
Perdas Involuntárias	0	2	0,00%	- 100,00%
Total	637.845.810	22.163.147	100,00%	2.777,96%

Fonte: Siafi

A Reavaliação, Ajuste a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas, que representa o item mais significativo, com 99,33%, trata-se da reavaliação dos imóveis do Senado Federal cadastrados no Sistema SPIUNET, utilizando-se o CUB médio para março/2021 divulgado pelo SINDUSCON, além do Relatório Final da Comissão Permanente de Reavaliação. Os valores impactaram

tanto as VPAs quanto as VPDs, sendo R\$ 1.980.549.131,40 o impacto positivo, nas VPAs, e R\$ 629.798.346,07 nas VPDs, de forma negativa, resultando em um acréscimo de R\$ 1.350.750.785,33 ao valor do patrimônio imobiliário do Senado Federal.

NOTA EXPLICATIVA 21 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equa-

lizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

Composição de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas				
Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020	AV	AH
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	25.836.997	19.697.500	100,00%	31,17%
Indenizações e Restituições	25.734.787	19.697.470	99,60%	30,65%
Premiações Culturais	97.875	0	0,38%	-
Multas Administrativas	4.336	0	0,02%	-
VPD Decorrente de Fatos Geradores Diversos	0	30	0,00%	- 100,00%
Total	25.836.997	19.697.500	100,00%	31,17%

Fonte: Siafi

Conforme se observa na tabela acima, os valores mais expressivos referem-se a Indenizações e Restituições e, dentro desse grupo, destacam-se as Indenizações que registram os ressarcimentos de Cotas para o Exercício

da Atividade Parlamentar dos Senadores (CEAPS), instituídas pelo Ato da Comissão Diretora ATC nº 09/2011, que integrou a antiga verba de transporte aéreo e a verba indenizatória.

NOTA EXPLICATIVA 22 – RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Receitas Orçamentárias **Correntes** são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o patrimônio líquido.

Receitas Orçamentárias **de Capital** são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas

e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das receitas correntes, as receitas de capital em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

Operações intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo; por isso, não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos. As receitas intraorçamentárias

são a contrapartida das despesas classificadas na Modalidade de Aplicação “91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social”, que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

As Receitas Intraorçamentárias apresentam a seguinte composição em 2021:

Execução de Receitas Intraorçamentárias			
Natureza de Receita	Detalhamento	31/12/2021	AV
73100211	CONC/PERM/AUT/CESS.DIR.IMOV.PUB-PRINC.-INTRA	138.099	100,00%
Total		138.099,29	100,00%

Fonte: Siafi

A totalidade das Receitas Intraorçamentárias decorre de arrecadações de cessão de espaço das

dependências do Senado Federal a outros Órgãos da Administração Federal.

NOTA EXPLICATIVA 23 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES

O item “Outras Receitas Correntes” apresenta o seguinte detalhamento:

Execução de Outras Receitas Correntes			
Natureza de Receita	Detalhamento	31/12/2021	AV
19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	1.178.426	43,00%
19220631	RESTIT. DESP. PRIMÁRIAS EX. ANTERIORES-PRINC.	878.571	32,06%
19229911	OUTRAS RESTITUIÇÕES-PRINCIPAL	441.488	16,11%
19239911	OUTROS RESSARCIMENTOS-PRINCIPAL	242.007	8,83%
Total		2.740.492,46	100,00%

Fonte: Siafi

Dentro do grupo, destacam-se os valores arrecadados na rubrica “**Multas e Juros previstos em Contratos**”.

Outro valor de destaque, “**Restituições de despesas de exercícios anteriores**”, corresponde a estornos de valores pagos indevidamente em exercícios anteriores.

NOTA EXPLICATIVA 24 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Despesas Orçamentárias **Correntes** são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesas Orçamentárias **de Capital** são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Operações Intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo; por isso, não representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, mas

apenas movimentação de receitas entre seus órgãos. As receitas intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na Modalidade de Aplicação “91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social”, que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

No Senado Federal, a composição das Despesas Intraorçamentárias se dá conforme tabela abaixo:

Execução de Despesas Intraorçamentárias			
Natureza de Despesa	Detalhamento	31/12/2021	AV
31911303	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	191.823.333	67,70%
31911302	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	89.831.748	31,70%
31919213	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	676.656	0,24%
31911317	JUROS	486.249	0,17%
33913910	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	270.265	0,10%
31911314	MULTAS INDEDUTÍVEIS	123.762	0,04%
33914710	TAXAS	79.134	0,03%
33919306	RESSARCIMENTO CUSTOS-UTILIZAÇÃO DEPENDÊNCIAS	30.959	0,01%
33914718	CONTRIB.PREVIDENCIÁRIAS-SERVIÇOS DE TERCEIROS	21.196	0,01%
33913990	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	6.930	0,00%
33913936	MULTAS INDEDUTÍVEIS	4.336	0,00%
33914728	CONTRIBUIÇÃO FOMENTO DA RADIODIFUSÃO PÚBLICA	3.943	0,00%
33919293	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.804	0,00%
Total		283.360.315,81	100,00%

Fonte: Siafi

Observa-se que 99,64% das Despesas Intraorçamentárias do Senado Federal são para atender despesas com Contribuições Previdenciárias e Pa-

tronais. São pagamentos feitos pelo Senado Federal aos órgãos arrecadadores desses tributos.

NOTA EXPLICATIVA 25 – RESTOS A PAGAR

São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distinguem-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).

A continuidade dos estágios de execução dessas despesas ocorrerá no próximo exercício, devendo ser controlados em contas de natureza

de informação orçamentária específicas. Nessas contas, constarão as informações de inscrição, execução (liquidação e pagamento) e cancelamento. Também haverá tratamento específico para encerramento, transferência e abertura de saldos entre o exercício financeiro que se encerra e o que inicia.

No Senado Federal, as informações sobre a inscrição e reinscrição dos Restos a Pagar, ou o cancelamento dos valores remanescentes de

empenhos ao final do exercício, são elaboradas pelas áreas gestoras dos contratos ou despesas a eles relacionadas. Ou seja, o controle preliminar e individualizado do efetivo estágio do processo de realização das despesas em relação aos restos a pagar não processados liquidados é realizado pelos gestores das avenças do Senado Federal.

Em 2021, o Senado Federal apresentava a seguinte posição na Execução de Restos a Pagar:

Restos a Pagar						
Restos a Pagar Não Processados	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	7.925.355,36	102.125.201,20	60.295.100,51	60.234.455,52	22.133.655,55	27.682.445,49
Pessoal e Encargos Sociais	3.192,98	1.707.400,28	1.593.914,05	1.593.914,05	3.192,98	113.486,23
Outras Despesas Correntes	7.922.162,38	100.417.800,92	58.701.186,46	58.640.541,47	22.130.462,57	27.568.959,26
DESPESAS DE CAPITAL	3.349.088,29	19.520.256,33	17.567.631,39	17.558.633,06	1.026.248,70	4.284.462,86
Investimentos	3.349.088,29	19.520.256,33	17.567.631,39	17.558.633,06	1.026.248,70	4.284.462,86
Total	11.274.443,65	121.645.457,53	77.862.731,90	77.793.088,58	23.159.904,25	31.966.908,35

Restos a Pagar					
Restos a Pagar Processados/Não Processados Liquidados	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	6.061.715,42	2.204.551,74	2.556.014,23	0,00	5.710.252,93
Pessoal e Encargos Sociais	4.662.186,41	709.676,85	707.579,23	0,00	4.664.284,03
Outras Despesas Correntes	1.399.529,01	1.494.874,89	1.848.435,00	0,00	1.045.968,90
DESPESAS DE CAPITAL	64.188,38	9.038,56	8.919,50	0,00	64.307,44
Investimentos	64.188,38	9.038,56	8.919,50	0,00	64.307,44
Total	6.125.903,80	2.213.590,30	2.564.933,73	0,00	5.774.560,37

Fonte: Siafi

Do total inscrito e reinscrito de **Restos a Pagar** de 2020, os seguintes percentuais foram executados em 2021:

Restos a Pagar					
Restos a Pagar Não Processados	TOTAL INSCRITO E REINSCRITO	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	110.050.556,56	54,79%	54,73%	20,11%	25,15%
Pessoal e Encargos Sociais	1.710.593,26	93,18%	93,18%	0,19%	6,63%
Outras Despesas Correntes	108.339.963,30	54,18%	54,13%	20,43%	25,45%
DESPESAS DE CAPITAL	22.869.344,62	76,82%	76,78%	4,49%	18,73%
Investimentos	22.869.344,62	76,82%	76,78%	4,49%	18,73%
Total	132.919.901,18	58,58%	58,53%	17,42%	24,05%
Restos a Pagar Processados/Não Processados Liquidados	TOTAL INSCRITO E REINSCRITO	PAGOS		CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.266.267,16	30,92%	0,00%	69,08%	
Pessoal e Encargos Sociais	5.371.863,26	13,17%	0,00%	86,83%	
Outras Despesas Correntes	2.894.403,90	63,86%	0,00%	36,14%	
DESPESAS DE CAPITAL	73.226,94	12,18%	0,00%	87,82%	
Investimentos	73.226,94	12,18%	0,00%	87,82%	
Total	8.339.494,10	30,76%	0,00%	69,24%	

Fonte: Siafi

Observa-se que 58,58% dos valores de Restos a Pagar Não Processados foram liquidados em 2021, 58,53% foram pagos, e 17,24% cancelados, restando saldo de 24,05% a ser reinscrito e executado até o final do exercício de 2022.

Já dos Restos a Pagar Processados, somente 30,76% foram pagos e 0,00% foi cancelado, restando saldo de 69,24% a ser reinscrito e executado em 2022. Os Restos a Pagar Processados, por já terem sido liquidados, apresentam percentual baixo de

cancelamento, devido à sua natureza.

As tabelas abaixo demonstram a execução de Restos a Pagar por Natureza de Despesa.

Restos a Pagar Não Processados por Natureza de Despesa							
Natureza Despesa		INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A PAGAR
319001	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS		194.924,34	194.924,34	194.924,34		0,00
319096	RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	3.192,98	1.512.475,94	1.398.989,71	1.398.989,71	3.192,98	113.486,23
339008	OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	6.704,26	37.816,98			6.704,26	37.816,98
339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.235.884,94	5.718.120,29	931.112,68	931.112,68	2.162.230,03	3.860.662,52
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	133.930,51	3.141.290,06	554.070,43	554.070,43	168.750,73	2.552.399,41
339034	OUTRAS DESP. PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.		2.327.582,76	2.056.476,66	2.034.227,53	72.106,28	221.248,95
339035	SERVIÇOS DE CONSULTORIA		1.611.903,20	627.629,92	627.629,92	984.273,28	0,00
339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	581.448,03	515.111,09	400.607,23	400.607,23	581.448,03	114.503,86
339037	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	494.389,20	37.461.626,89	19.935.609,39	19.898.309,86	4.925.410,44	13.132.295,79
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	2.773.216,37	37.362.572,66	28.570.146,22	28.569.173,60	5.429.480,67	6.137.134,76

Restos a Pagar Não Processados por Natureza de Despesa							
Natureza Despesa		INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A PAGAR
339040	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ	304.088,91	6.093.945,97	3.216.485,71	3.216.362,00	2.238.676,14	942.996,74
339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.000,00	42.118,32	22.210,75	22.210,75	16.674,52	7.233,05
339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.377,94	645.333,44	72.749,74	72.749,74	193.686,70	388.274,94
339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.379.122,22	5.175.576,23	2.203.676,96	2.203.676,96	5.351.021,49	0,00
339096	RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		93.411,15	65.007,58	65.007,58		28.403,57
339139	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (INTRA)		189.897,48	44.768,28	44.768,28		145.129,20
339147	OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB. – OP. INTRAORÇAMENTÁRIAS		1.494,40	634,91	634,91		859,49
449039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	79.982,00	141.832,95	126.832,95	126.832,95		94.982,00
449040	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ	30.000,00	873.959,51	538.280,11	538.280,11	151.849,38	213.830,02
449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.008.506,93	6.248.580,18	6.087.612,74	6.087.612,74	161.292,75	1.008.181,62
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.230.599,36	12.255.883,69	10.814.905,59	10.805.907,26	713.106,57	2.967.469,22
		11.274.443,65	121.645.457,53	77.862.731,90	77.793.088,58	23.159.904,25	31.966.908,35

Restos a Pagar Processados por Natureza de Despesa						
Natureza Despesa		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS REINSCRITOS	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	4.662.186,41	2.097,62			4.664.284,03
319096	RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO		707.579,23	707.579,23		0,00
339014	DIARIAS – PESSOAL CIVIL		4.200,00	4.200,00		0,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	29.085,43	28.773,32	28.773,32		29.085,43
339031	PREMIAÇÕES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	12,90				12,90
339032	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIB. GRATUITA	392,03				392,03
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		45.713,40	45.713,40		0,00
339034	OUTRAS DESP. PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	414.400,00				414.400,00
339037	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	557.105,26	1.224.649,66	1.433.300,07		348.454,85
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	355.140,04	47.276,48	246.619,97		155.796,55
339040	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ	26.092,03	3.348,12	26.092,03		3.348,12
339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.801,32	77.177,70			93.979,02
339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	500,00				500,00
339096	RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		63.736,21	63.736,21		0,00
449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	11.669,57				11.669,57
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	52.518,81	9.038,56	8.919,50		52.637,87
Total		6.125.903,80	2.213.590,30	2.564.933,73		5.774.560,37

Do total de RPP Reinscritos da Natureza de Despesa 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil, quase que a sua totalidade são valores consignados em Folha de Pagamento a partir do ano de 2014 até 2017, por

determinação judicial. Tais valores se referem a Contribuição Sindical para a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), CNPJ 34.166.181/0001-42 (Processo 00200.026317/2013-42).

Secretaria de Editoração
e Publicações

